



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 112 - QUINTA-FEIRA, 28 DE JULHO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1ª Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2ª Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1ª Secretário Efraim Morais – PFL – PB</p> <p>2ª Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>		<p>3ª Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4ª Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª Serys Slhessarenko – PT – MT 2ª Papaléo Paes – PMDB – AP 3ª Alvaro Dias – PSDB – PR 4ª Aelton Freitas – PL – MG</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando Papaléo Paes</p> <p>LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta Valdir Raupp</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 19</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT</p>	<p>Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDERES DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PP – 1 Valmir Amaral</p> <p>LÍDER DO PL – 3 Marcelo Crivella</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 3 João Capiberibe</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (Vago)</p> <p>LÍDER DO P-SOL Heloisa Helena</p> <p>VICE-LÍDER DO P-SOL Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p>	<p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – Sem Partido</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 27</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 15 José Agripino</p> <p>VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro</p> <p>LÍDER DO PSDB – 12 Arthur Virgílio</p> <p>VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agacieli da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 823, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Serra Redondense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Redonda, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 895, de 4 de junho de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Serra Redondense a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Redonda, Estado da Paraíba, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de julho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 824, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Nova Glória a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Glória, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 658, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Nova Glória a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Glória, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de julho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 825, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural do Município de Jandaia – Estado de Goiás (Rádio Cultural Jandaia FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jandaia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 659, de 09 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Cultural do Município de Jandaia – Estado de Goiás (Rádio Cultural Jandaia FM) a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jandaia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de julho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 826, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunidade Friburgo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 231, de 12 de junho de 2003, que autoriza a Rádio Comunidade Friburgo a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de julho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 120ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 27 DE JULHO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofícios

Nº 340/2005, de 28 de abril último, do Senado da Nação Argentina, encaminhado fotocópia do Decreto DPP 17, de 2005..... 25745

Nº 71/2005, de 21 do corrente, do Senador Augusto Botelho, enviando cópia do manifesto assinado e intitulado “Amazônia é Patrimônio dos Brasileiros – A Demarcação”, na qual se posiciona, veementemente, contra a demarcação contínua da Reserva Raposa Serra do Sol..... 25749

Nº 263/2005, de 26 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar o direito de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior..... 25750

Nº 688/2005, de 26 do corrente, da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destina a apreciar a Medida Provisória nº 258, de 2005..... 25750

Nº 962/2005, de 27 do corrente, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer patrimônios e/ou pecuniárias indevidas, por membro do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1999, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos. 25750

1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 803/2005, de autoria do Senador Wellington Salgado, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona..... 25750

Nº 804, de 2005, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando ao Ministro de Estado de Minas e Energia as informações que menciona.... 25750

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Falta de reajuste nos vencimentos dos servidores públicos federais e dos soldos dos militares. Reafirma seu posicionamento contrário ao **impeachment** do Presidente Lula..... 25751

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Comentários sobre a crise no Partido dos Trabalhadores..... 25753

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão não deliberativa amanhã, às 10 horas..... 25759

1.2.5 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR MÃO SANTA – Reflexão sobre a história do PMDB..... 25760

SENADOR CÉSAR BORGES – A crise do Governo Lula e o não cumprimento de promessas feitas na campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva. Comentários a artigo da jornalista Tereza Cruvinel, publicado no jornal O Globo, com a afirmação de que a Oposição não vem mais pregando o **impeachment**. Importância da CPMI dos Correios. 25762

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Termino do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 1.106, 1.348, 1.363, 1.373 e 1.474, de 2004; 76, 96, 123, 144, 146, 198, 202, 205, 207 a 210, 216, 218, 225, 226, 228, 231, 233 a 235, 237, 254, 272, 273, 279, 289, 290 e 293, de 2005, aprovados terminativamente pela Comissão de Educação. À promulgação. 25765

1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA IDELI SALVATTI – Comentários à pesquisa do Datafolha sobre honestidade dos políticos. 25768

SENADOR VALDIR RAUPP – Necessidade de políticas públicas voltadas para a justiça social..... 25770

SENADOR MARCO MACIEL – Aprovação de emenda constitucional pelo Parlamento do Chile, que conclui a transição para o estado democrático de direito. 25771

SENADOR <i>EDUARDO SUPLICY</i> – Justificativas a requerimento de convocação do Ministro das Relações Exteriores, Sr. Celso Amorim.....	25774
SENADOR <i>LEONEL PAVAN</i> – Discussão sobre a corrupção no Governo Federal.....	25774
SENADOR <i>NEY SUASSUNA</i> – Excesso de denúncias de corrupção no País, conclamando o Congresso Nacional a participar mais nas discussões de projetos que visam o desenvolvimento nacional.	25777
SENADOR <i>ARTHUR VIRGÍLIO</i> – A gravidade da crise do Governo Lula e sua inoperância.	25778
SENADOR <i>LEONEL PAVAN</i> – Réplica ao pronunciamento do Senador Ney Suassuna.	25786
SENADOR <i>LUIZ OTÁVIO</i> – Considerações sobre os trabalhos de investigação da CPMI dos Correios. Comentários sobre a operação do Ministério do Meio Ambiente visando coibir o desmatamento e a queimada em região próxima a Anapu – PA. ..	25787
1.2.8 - Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR <i>MOZARILDO CAVALCANTI</i> – Ações de grupos internacionais de biopirataria no Brasil.....	25789
SENADOR <i>ALVARO DIAS</i> – Comentários ao artigo intitulado “Estratégia oportunista”, de autoria do Sr. Claudio Weber Abramo, publicado no jornal	

Folha de S. Paulo, edição de 23 de julho do corrente.	25792
1.3 – ENCERRAMENTO	
<u>SENADO FEDERAL</u>	
2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
- 52ª LEGISLATURA	
3 – SECRETARIA DE COMISSÕES	
4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)	
13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	
14 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO	

Ata da 120ª Sessão Não Deliberativa, em 27 de julho de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Romeu Tuma

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

– Declaro aberta a sessão.

São lidos os seguintes:

VSP-340/05

Buenos Aires, 28 de abril de 2005.

Al señor Presidente del Senado Federal
de la República Federativa del Brasil.

001752/05

Tengo el agrado de dirigirme a usted,
por disposición del señor Presidente, a fin de hacerle llegar
adjunto, para su conocimiento y efectos correspondientes,
fotocopia del decreto DPP-17/05.

Saludo a usted muy atentamente.



Dr. JUAN HÉCTOR ESTRADA
Secretario Parlamentario
H. Senado de la Nación Argentina

DPP-17/05

Buenos Aires, 26 de abril de 2005.

VISTO:

Que conforme el Reglamento del H. Senado (art. 62), la Comisión de Relaciones Exteriores y Culto puede “constituir Agrupaciones de Parlamentarios Argentinos de Amistad con parlamentarios de otros países” (tradicionalmente denominados “grupos de amistad”).

Que a los fines de esta actividad interparlamentaria específica, la Comisión de Relaciones Exteriores y Culto ha constituido en su seno el Comité de Relaciones Internacionales Parlamentarias, presidido por el Senador Rodolfo Terragno.

Que el referido comité solicitó a todos los miembros de este H. Senado que indicaran de manera fundada sus preferencias a los fines de integrar los respectivos grupos de amistad.

Que en consecuencia, el comité elevó al presidente de la Comisión de Relaciones Exteriores y Culto, senador Federico Ramón Puerta, una propuesta a los fines de integrar el grupo de amistad de la República Federativa del Brasil.

Que el presidente de la Comisión de Relaciones Exteriores y Culto hizo suya la mencionada propuesta y la elevó a esta Presidencia con el objeto de que se procediera a la designación oficial de ese grupo, y

CONSIDERANDO:

Que grupos de parlamentarios amigos de la Argentina están organizados en diversos Senados y parlamentos del mundo.

Que es propósito de la Comisión de Relaciones Exteriores y Culto que los grupos de amistad constituidos por este H. Senado se dediquen a:

- a) Mantener las relaciones con los senados parlamentos de los respectivos países.
- b) Promover el intercambio de información y documentos legislativos.
- c) Proveer a la armonización legal, en todas las áreas donde esto sea posible y conveniente para las partes.
- d) Promover las inversiones y la cooperación económica.
- e) Facilitar el comercio bilateral.
- f) Impulsar el intercambio cultural, científico y técnico.
- g) Asistir a las otras Comisiones del H. Senado en asuntos que les sean destinados y que hagan a las relaciones bilaterales respectivas.
- h) Coordinar tareas con grupos equivalentes de la H. Cámara de Diputados y, toda vez que sea posible, concurrir a la formación de los grupos bicamerales.

DPP-17/05

POR ELLO:

EL PRESIDENTE DEL H. SENADO DE LA NACION,

D E C R E T A :

ARTICULO 1º.- Designase a los señores senadores que se consignan en la planilla anexa, que forma parte integrante del presente decreto para integrar la Agrupación de Parlamentarios Argentinos de Amistad de la República Federativa del Brasil.

ARTICULO 2º.- El presidente de la referida agrupación podrá designar como secretario/a a un agente, pero esto no significará afectación alguna a las partidas vigentes del H. Senado de la Nación.

ARTICULO 3º.- Dése cuenta oportunamente al H. Senado, infórmese al Senado Federal, y notifíquese al Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto y a la H. Cámara de Diputados.

ARTICULO 4º.- Comuníquese.



DPP-17/05

ANEXO**AGRUPACIÓN DE PARLAMENTARIOS ARGENTINOS DE AMISTAD DE LA
REPUBLICA FEDERATIVA DE BRASIL.*****Presidente:***

D. Mario Aníbal Losada
Senador Nacional por la provincia de Misiones

D. Ricardo Gómez Díez
Senador Nacional por la provincia de Salta

Da. María Cristina Perceval
Senadora Nacional por la provincia de Mendoza

Vicepresidente:

D. Marcelo Alejandro Horacio Guinle
Senador Nacional por la provincia de Chubut

D. Roberto Fabián Ríos
Senador Nacional por la provincia de Corrientes

D. Pedro Salvatori
Senador Nacional por la provincia de Neuquén

Miembros:

D. Celso Alejandro Jaque
Senador Nacional por la provincia de Mendoza

D. Norberto Massoni
Senador Nacional por la provincia de Chubut

Da. Lylia Mónica Arancio de Beller
Senadora Nacional por la provincia de Jujuy

Ofício nº 71/05 – GSABOT

Brasília, 21 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Por solicitação do Sr. Lauro Joaquim Barbosa,
Tuchaua (cacique) da Maloca Flexal, situada na região
do Monte Caburaí, ponto mais setentrional do Brasil,

estou enviando a V. Ex^a cópia do manifesto assinado e
intitulado “Amazônia é Patrimônio dos Brasileiros – A
Demarcação”, na qual se posiciona, veementemente,
contra a demarcação contínua da Reserva Raposa
Serra do Sol.

Respeitosamente, – Senador **Augusto Botelho**.

AMAZÔNIA É PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS

A DEMARCAÇÃO

A demarcação de forma contínua da Reserva Raposa Serra do Sol, poderá torna-se em sangue porque não aceitaremos de maneira alguma, que os nativos da região, sejam expulsos da terra que seus pais deixaram como herança. Nós somos pessoas, humanas, não somos animais, que são levados para qualquer lugar.

O município de Uiramutã está dentro da Área Raposa Serra-do-Sol; F. Pacaraima, entre São Marcos. Nenhum dos habitantes vão ser expulsos daquela área demarcada, quem comanda somos nós, que está dentro da área demarcada. E quero dizer ainda mais, que nós Povo Roraimense devemos nos unir, e juntos vamos à batalha, inclusive os produtores de Arroz, que estão sendo prejudicados, estou falando em prol da população de nosso Sofrido Estado, tanto faz índios e não-índios. Nós queremos o desenvolvimento, queremos Progresso, somos iguais a qualquer cidadão, por isso estamos lutando pelo bem-estar do nosso Povo, de nosso Estado não queremos ser manipulados pelos estrangeiros, como está acontecendo com nossos irmãos Yanomamis.

E critico o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, por ter tomado a decisão de Homologar esta Área de forma continua, contrário ao desejo da maioria da população de Nosso Estado.

Temos que expulsar os padres e não os brasileiros que aqui moram, que tem Uma História, que produzem que estão ajudando no desenvolvimento do Estado de Roraima, gerando emprego à todas as pessoas que trabalham para manter a sua família. Por isso vamos levantar a Bandeira dos Nosso Estado, e dizer ao Presidente e às pessoas contrárias ao desenvolvimento, que somos roraimense e todos somos BRASILEIROS.

O PT aqui em Roraima não tem mais vez, fora PT. Vá pegar a enxada e pague a sua conta, o Brasil precisa de Trabalhadores e não de Traidores

Tchau PT- Partido dos Traidores.


LAURO JOAQUIM BARBOSA

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. GLPMDB nº 263/2005

Brasília, 26 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Sérgio Cabral, como membro titular, em substituição ao Senador Papaléo Paes, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “criada para apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar o direito de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior”.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

Of. nº 688/05

Brasília, 26 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, o Senhor Deputado Jovair Arantes (PTB – GO), como Titular e em substituição ao Senhor Deputado José Múcio Monteiro (PTB – PE), para a Comissão Mista que analisa a Medida Provisória nº 258 de 22 de julho de 2005, que “Dispõe sobre a Administração Tributária Federal e dá outras providências”.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **José Múcio Monteiro**, Líder do PTB.

OF/GAB/I/Nº 962

Brasília, 27 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Wladimir Costa passa a integrar, na qualidade de Titular, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas, por membro do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos, em substituição ao Deputado Aníbal Gomes.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Deputado **Wilson Santiago**, Líder do PMDB, em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 803, DE 2005

Requeiro, nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e do art. 215, I, **a**, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações sobre as dívidas dos Estados refinanciadas junto à União ao amparo da Lei nº 9.496, de 1997:

1) valor da dívida assumida pela União, por Estado, com a respectiva data da assunção;

2) valor do saldo devedor inicial de cada Estado, na data da assunção da dívida pela União;

3) valor do saldo devedor de cada Estado, mês a mês, após o pagamento da prestação mensal de amortização e juros da dívida refinanciada;

4) valor pago mês a mês por cada Estado a título de amortização e juros da dívida refinanciada;

5) valor total da prestação mensal de cada Estado, discriminando-se a quantia efetivamente paga e a quantia que, excedendo ao limite mensal de pagamento, foi acrescida ao saldo devedor.

Sala das Sessões, 27 de julho de 2005. – Senador **Wellington Salgado**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO 804, DE 2005

Requer informações ao Exmº Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia sobre o encargo de capacidade emergencial, conhecido como “seguro-apagão”.

Requeiro, com fulcro no art. 50 § 2º da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, se digne a prestar as informações que se seguem, referentes ao encargo de capacidade emergencial, conhecido como “seguro-apagão”:

1. Qual é o montante de recursos arrecadado sob a rubrica Encargo de Capacidade Emergencial, desde a sua criação, com base nos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 e nos arts. 2º e 3º da Resolução nº 249, de 06 de maio de 2002 da Aneel, discriminado por:

- a) ano-exercício;
- b) unidade da federação;
- c) número total e espécie de consumidor final de energia elétrica atendido pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional que contribui para o encargo de capacidade emergencial.

2. Qual é o número total de consumidores finais que não participa do rateio dos custos relativos à contratação de capacidade de geração ou potência – encargo de capacidade emergencial – de que tratam os arts. 1º e 2º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 e os arts. 2º e 3º da Resolução nº 249, de 06 de maio de 2002 da Aneel, discriminado por:

- a) espécie de consumidor final de energia elétrica atendido pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional;
- b) unidade da Federação.

Sala das Sessões, 27 de julho de 2005. – **Romeu Tuma.**

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Passamos à lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, por permuta com o Senador Marco Maciel. S. Exª dispõe de dez minutos, mais cinco de prorrogação e outros de tolerância, se V. Exª desejar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e, dentro da minha vontade, vou usar o plural, Srs. Senadores, acabo de ouvir que Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, sancionou o aumento dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Nada mais justo, nada mais correto. Quero, entretanto, dizer que Sua Excelência está brincando com o funcionalismo federal, que não vê aumento há muito tempo, que não recebe mensalão, seus filhos não têm a oportunidade de receber recursos da Telemar, ou mesmo que os Partidos políticos lhe emprestem dinheiro para sobrevivência. O funcionalismo público

federal vive à míngua, sofrendo demais sem que ninguém venha ao seu socorro.

Nós, e principalmente V. Exª, Presidente Romeu Tuma, temos deveres com o funcionalismo federal, que ganha, na sua maioria, em média R\$700 a R\$800 e que, comparado com o Legislativo e com o Judiciário – agora mais ainda –, não chega a perceber 20% do que percebem aqueles funcionários. Isso é um absurdo e, eu diria, é uma desumanidade!

Querer que o sujeito sustente seus filhos quando não lhe dão escola pública; querer que o sujeito coloque seus filhos em escolas particulares quando eles não têm os recursos para colocar sequer numa escola particular primária, que dirá secundária ou superior... A situação é vexatória e o funcionalismo federal não pode ficar nessa situação.

Quero, neste instante, também me referir, eu diria, à brincadeira que estão a fazer com os membros das Forças Armadas. O caso dos magistrados foi rápido, porque o Senhor Lula, provavelmente, vai cair nas mãos dos magistrados para seu julgamento, porque tem foro privilegiado. Mas os militares não poderão continuar percebendo o que percebem.

Somos contra o *impeachment*, temos dito isso aqui várias vezes. E ainda hoje fui injustiçado por uma querida jornalista que me incluiu entre os que pedem o *impeachment*. Não quero o *impeachment*, quero eleições para que o Presidente Lula seja derrotado nas urnas. De maneira que a minha querida jornalista Tereza Cruvinel, quando me colocou nesse balaio, colocou-me mal. Toda esta Casa sabe o quanto tenho dito que não deve haver *impeachment* do Presidente Lula. Não é por ele, até o *impeachment* ele merece. Mas o *impeachment* que ele deve ter é nas urnas. É o povo que tem que decidir. O povo é que vai resolver a situação do PT.

Felizmente, temos aqui alguns Senadores com mandado de oito anos e nós dá até alegria saber que continuarão aqui, porque a Bancada do PT vai diminuir, vai diminuir bastante, mas não vamos perder o concurso de muitos Senadores que merecem estar aqui.

Daí porque peço a atenção do Governo. Sei que o Ministro José Alencar quer dar o aumento. As Forças Armadas estão realmente cansadas, extenuadas, sacrificadas, mas cumprindo o seu dever profissional. Ninguém ouviu reclamações, a não ser daqueles que têm direito de reclamar, que são os presidentes dos clubes militares. Os presidentes dos clubes militares já reclamaram várias vezes o aumento dos seus salários, dos salários dos seus colegas que estão inclusive dando segurança à Nação, porque as Forças Armadas, por mais que tenham sido estigmatizadas pelo PT, nunca agiram contra a vontade do povo. Em

todos os movimentos brasileiros, o povo contou com as Forças Armadas. Ninguém venha me falar em 64, que teve o apoio das Forças Armadas, “Diretas Já” também teve o apoio das Forças Armadas. Posso dizer isto com tranqüilidade: hoje todos nós queremos as Forças Armadas nos seus devidos lugares, mas não queremos que elas sejam humilhadas como estão sendo por esse Governo.

Presidente Lula, o senhor prometeu 23%, um aumento insignificante diante dos outros aumentos que tenham sido dados. Prometeu no ano passado, mas até agora não cumpriu. Vai ter que cumprir! Vai ter que cumprir! Então, cumpra logo! Não faça com que as senhoras dos militares tenham que ir para as ruas pedirem o sustento dos seus maridos. Faça logo, já que vai ter que fazer mesmo!

Ainda ontem recebia de um juiz-auditor de mérito, de muito valor, que correu este Brasil todo, um apelo para que viesse a esta tribuna pedir o aumento dos militares. Estou fazendo, como também em relação ao funcionalismo civil, que não pode ficar na situação em que se encontra.

Portanto, antes que seja obrigado a fazer pelo desfile das tropas no Palácio do Planalto, conceda o aumento. Não pense que os que estão calados são pessoas inermes. Não. Têm apenas a disciplina, que é um ponto básico das Forças Armadas do nosso País.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com prazer, ouço V. Ex^a

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, árvore boa dá bons frutos. Quero dizer a V. Ex^a que passei a manhã apreciando os frutos de V. Ex^a, aqueles disquinhos dos melhores discursos do Congresso brasileiro: Afonso Arinos, apresentando a Constituinte; Ulysses Guimarães, dizendo que trair a Constituição é trair a Pátria. Ulysses Guimarães, no discurso, disse – e já que não lê, Presidente Lula, ouça! Peça o disquinho do Antonio Carlos Magalhães. O Suplicy mandou um livro para ele, mas dizem que não gosta de ler. Mande o disquinho, que é gostoso! Então, Ulysses diz nesse seu disquinho: “Não roubar, não deixar roubar e meter na cadeia quem rouba”. É fácil, Presidente Lula, aprender esse e outros ensinamentos, como os de Marcos Freire, Humberto Lucena e V. Ex^a! Eu vinha ouvindo no carro. Padre Antônio Vieira diz que um bem nunca vem só. O exemplo arrasta. V. Ex^a é que arrastou. Foi o primeiro a chegar aqui, dando esse exemplo de vigília, de luta, de coragem e de justiça. V. Ex^a está falando aquilo que Cristo disse: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. E esse salário é uma indignidade, é uma

imoralidade. O Poder Judiciário tem um pico: R\$27 mil. Senador, em qualquer civilização moderna, da globalização, da justiça, da lei, o maior salário é dez vezes maior que o menor. Então, o mínimo deveria ser R\$2,7 mil. Não é. E aquele vampiro! Fiquei ouvindo atentamente V. Ex^a analisar as ações do vampiro. Senador Antonio Carlos Magalhães, médico, assim como nós, Juscelino Kubitschek e eu. A medicina é a mais humana das ciências, e o médico, o grande bem feitor da humanidade. V. Ex^a sabe quanto é a consulta no SUS neste Governo? R\$2,00. Eu paguei pela graxa do meu sapato, em Teresina, R\$5,00. Dois reais! Este é o Governo da injustiça salarial. V. Ex^a fala em nome da justiça salarial, e, como disse Montaigne, a justiça é o pão do qual a humanidade mais precisa e, conseqüentemente, os brasileiros.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a o disse com muito propriedade e, fazendo esse exame do salário mínimo brasileiro, nós nos envergonhamos.

Não sei como o PT pode ainda aceitar o salário de R\$300,00 para o trabalhador brasileiro. Hoje, o salário de um Ministro do Supremo passou, com justiça, para R\$21 mil. Será R\$24 mil em janeiro – e é retroativo! Enquanto isso, o trabalhador brasileiro, Senador Suplicy, que elege o Presidente, que o estima, ainda está percebendo R\$300,00.

Isso não pode continuar. É uma desigualdade que leva o País a uma situação muito mais difícil do que essas CPIs que aqui estão sendo realizadas, porque essas CPIs correm o perigo de pegar muito poucos diante da maneira pela qual o próprio Governo manipula a entrega de documentos para a ação da CPI.

Enquanto não se paga ao funcionalismo público, enquanto o salário mínimo é R\$300,00, a Petrobras triplicou suas despesas com publicidade. Eram de R\$250 milhões, em 2002; neste ano, são de R\$700 milhões. Veja V. Ex^a que, só nessa empresa, houve um aumento da ordem de R\$400 milhões. Só com a Protemp, sediada em Santo André – célebre Santo André –, a Petrobras mantém vários contratos, totalizando R\$70 milhões. Só com a área de comunicação é de R\$23 milhões em Santo André, vigendo de 2003 a 2006.

A Petrobras tem sido, freqüentemente, vítima de um golpe desferido por algumas prestadoras de serviços. Aqui já apontamos e provamos que até a Land Rover, prestadora de serviço, presenteia homens do Governo.

Ora, meus senhores, é preciso que cheguemos a uma situação mais real em relação ao povo brasileiro. A desigualdade regional é imensa. A desigualdade das pessoas é muito maior. Esses salários, como disse ainda há pouco, são muito mais graves do que o que

se apura na CPMI. O povo, que confiava no Presidente da República, tanto que lhe deu a maior eleição neste País, é um povo decepcionado, é um povo triste, é um povo que passa fome.

Apresentei um projeto de combate à pobreza, mas de pouco adiantou. O Programa Fome Zero é um engodo. Espero que o Bolsa Família, do Senador Eduardo Suplicy, não seja coisa semelhante.

Vamos trabalhar. Ninguém aqui quer impedir projetos bons do Governo, Sr. Presidente, mas queremos e poderemos exigir um tratamento melhor para o povo brasileiro, principalmente para os mais carentes, para aqueles que precisam mais do apoio do Poder Legislativo, porque já estão totalmente desiludidos com o Poder Executivo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Já terminou o tempo de S. Ex^a. Depois V. Ex^a se manifesta.

Presidente Antonio Carlos Magalhães, se V. Ex^a me permite, quero comentar o discurso de V. Ex^a, extremamente objetivo. Eu nem poderia fazê-lo. V. Ex^a foi Presidente e sabe que o Presidente não pode dialogar com o orador, mas senti uma alegria no coração quando V. Ex^a disse: “o Presidente sancionou”. Pensei que se tratava do projeto dos militares, porque ontem V. Ex^a demonstrava essa grande preocupação numa conversa informal comigo e com outros Senadores. Agora, tenho vontade de chorar, realmente, pela decepção que senti depois de ouvir o seu discurso, lembrando a amargura por que deve estar passando o povo brasileiro. Desculpe-me, mas essa notícia foi chocante para mim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a. Pode-se até transgredir o Regimento para defender o nosso povo, que está espoliado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko por permuta com o Sr. Senador Eduardo Suplicy por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Senador Romeu Tuma, que preside esta sessão, nesses últimos dias, nessas últimas semanas em que tudo se articula neste Congresso em torno das Comissões Parlamentares de Inquérito que apuram uma série de irregularidades que envolvem setores do Governo e agentes políticos de diversos Partidos, notadamente agentes políticos do PT, tenho me esforçado ao máximo para estar junto do meu eleitorado, daqueles

brasileiros e brasileiras que acreditam no Partido dos Trabalhadores e que me fizeram Senadora da República pelo Estado de Mato Grosso.

Aliás, eu deveria ter feito uma introdução antes de começar a ler o meu discurso, até porque, Sr. Presidente, V. Ex^a é testemunha de que não gosto de ler discursos. Gosto de fazer discursos improvisados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Que venham do coração.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Exatamente. Mas, hoje, devido à linha do meu discurso, preciso fazê-lo lido. Por isso, peço um pouco de paciência.

Por todos os cantos, em todas as mídias, a crise do Governo e a crise do PT têm sido uma notícia permanente. As revelações que nos chegam de Minas Gerais, neste início de semana, demonstram que há uma crise abrangente, que envolve a prática sistemática dos principais Partidos políticos, principalmente durante as disputas eleitorais. É a roupa suja da política brasileira que se está lavando em público. E é importante que seja lavada em público, diante dos olhos da população que nos deu o mandato para chegarmos até aqui – todos nós!

Há muitos aspectos a considerar em toda essa situação. E devo dizer que me parece particularmente importante a preocupação com o futuro do Partido dos Trabalhadores. Por isso, ao mesmo tempo que sigo cumprindo com minhas responsabilidades aqui em Brasília, tenho-me empenhado, lá em Mato Grosso, naquilo que já estamos caracterizando como um esforço de reconstrução do PT e do seu espaço na política do nosso Estado e do nosso País.

Ataques nos são feitos de todos os lados e é natural que isso aconteça. Como diria o Barão de Itararé, lembrado em boa hora pelo companheiro Paulo Delgado, um petista que sabe se preservar, preservando o seu bom humor: “Tudo seria mais fácil se não fossem as dificuldades”. Mas cabe a nós, do PT, a responsabilidade de reagir, de responder a esses ataques, tendo em vista o que representa o Partido dos Trabalhadores dentro da estrutura política do Brasil. O PT é um Partido que não surgiu por acaso, mas que é resultado de uma caminhada histórica da classe trabalhadora, e não podemos, por isso mesmo, permitir que se desmanche no ar. Se erros aconteceram, também tivemos muitos acertos, e esses acertos precisam ser preservados. Se houve um grande desvio em nossa trajetória, agora é a melhor oportunidade de corrigirmos a nossa rota e retomarmos o PT de acordo com os princípios que estão em seu manifesto e em seu programa. Esse Partido, forjado na resistência à violência do regime militar, tem uma história que merece

respeito. Muitas foram as mulheres e os homens que deram a sua vida no esforço de tornar possível essa grande legenda.

Penso já ter ficado muito evidente para a maioria de nossa população que as práticas que parecem ter irmanado o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, o ex-Secretário-Geral do Partido, Silvio Pereira, o ex-Presidente José Genoino, um grupo de Parlamentares de nosso Partido, de Partidos da base de apoio a nosso Governo e também de Partidos da Oposição e o poderoso esquema articulado pelo empresário Marcos Valério constituíram-se em uma surpresa estonteante para uma expressiva parcela do Partido dos Trabalhadores e para a maioria de nossa militância. Se a sociedade brasileira se espantou e se espanta a cada dia com os fatos e os esquemas que vão sendo revelados, o choque e a revolta tomam conta ainda mais do coração e das mentes da comunidade petista.

Nós, que construímos esse Partido, Senador Eduardo Suplicy, como um espaço diferenciado de militância política e eleitoral, ficamos boquiabertos, estupefatos, tomados por uma surpresa arrasadora, desde que o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, em surpreendente entrevista à Rede Globo, confessou ter participado da montagem de um esquema de caixa dois, à sombra do nosso Partido e à revelia de todas as instâncias partidárias. Um esquema de corrupção eleitoral, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores! Aquela confissão foi como uma punhalada em nossos sonhos, em nossa história, em nossa esperança de conseguir mudar os rumos da política brasileira a partir da presença do PT no Governo Federal.

Nosso esforço de construção do PT como um Partido diferenciado dos demais e comprometido com a ética foi colocado, desde então, sob suspeita. Muitos fazem, hoje, chacota dos propósitos que o PT sempre procurou sustentar, e sabemos que existem muitos interessados em estabelecer a terra arrasada, acabar com as esperanças do povo brasileiro de que possa existir honradez nas atividades políticas. Não interessa a essas pessoas e a esses grupos que os trabalhadores sejam ativistas da política, que definam e exponham de forma independente os seus interesses de classe e as suas bandeiras de luta.

A verdade é que, sem que a militância contasse com o mínimo de informação antecipatória, nosso Partido viu ruir, a partir da confissão de Delúbio Soares de que comandava um esquema de corrupção eleitoral, grande parte do carisma do PT, construído durante mais de 25 anos por homens e mulheres das mais diversas regiões brasileiras, das mais diversas profissões, das mais diversas formações, todos identificados sempre pelo desejo de depuração da prática política.

Sim, muitos de nossos adversários, hoje, fazem piada e comemoram, porque o PT sempre sustentou, de fato, essa busca da moralidade pública como um de seus princípios. Nosso Partido se fortaleceu, através dos tempos, identificando e denunciando muitas das falcatruas alheias, e, agora, se vê enlameado, porque alguns dos seus dirigentes entenderam, numa atitude inaceitável, que poderiam recorrer aos mesmos esquemas de corrupção que sempre foram combatidos pelo discurso e pela prática do PT.

Não tenho outro nome para caracterizar esses dirigentes senão como oportunistas, traidores abjetos do projeto do PT. São pessoas que merecem nosso mais vívido repúdio, já que desrespeitaram um processo de construção, lutas que se vinham desdobrando há décadas, envolvendo mulheres e homens de bem, que fizeram da bandeira do PT a melhor expressão do seu modo de vida.

Existem aqueles militantes que, espantados, revoltados, feridos em seu orgulho de pessoas de bem, de brasileiros e brasileiras que tanto confiavam na direção e nas lideranças do PT, já anunciaram, inclusive no Congresso Nacional, seu desligamento de nossa legenda, por se sentirem atraídos de forma covarde, de forma infame.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Permite-me um aparte, Senadora?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Eu já vou ceder os apartes aos Senadores Eduardo Suplicy e Leonel Pavan.

Foi o que aconteceu, em Mato Grosso, com alguns companheiros do Diretório Municipal da cidade de Sinop, que se desfilaram, capitaneados pelo companheiro Rui Farias e pela nossa querida companheira Ivonete. Lamento profundamente a perda desses companheiros, mas compreendo a angústia de sua decisão. Vejam que o companheiro Rui Farias, advogado da maior respeitabilidade, sempre se caracterizou, em Sinop, por sua luta incansável contra a compra de voto. Agora, jogam-lhe na cara que o PT é um partido que pode estar comprando votos no Congresso, usando para isso um sórdido esquema apelidado de mensalão.

Concedo o aparte ao Senador Suplicy e, logo de imediato, ao Senador Pavan.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Querida Senadora Serys Slhessarenko, quero expressar a minha solidariedade à preocupação de V. Ex^a, sobretudo com a história de nosso Partido e o seu destino. Todos estamos empenhados em corrigir seus rumos. Como o Partido dos Trabalhadores é uma organização composta por seres humanos, obviamente, alguns erros podem ser cometidos e, no caso, foram erros graves. É muito

importante que saibamos como corrigir esses rumos e isso vai depender muito das medidas que nós e o próprio Presidente Lula viermos a tomar. Devemos colocar o Partido no rumo daquilo que sempre foi o conjunto de ideais que nos fizeram fundá-lo, fazê-lo crescer e nos levaram a uma vitória tão excepcional em 2002, quando o povo brasileiro escolheu o Presidente Lula. De maneira que é importante que tenhamos todo o empenho em contribuir para que as Comissões Parlamentares de Inquérito possam apurar com equilíbrio e profundidade as responsabilidades de cada uma das pessoas envolvidas em problemas. Obviamente, há que se dar o direito de defesa para cada um explicar inteiramente os episódios, mas eu tenho a convicção de que, mesmo diante das dificuldades que alguns têm demonstrado de relatar inteiramente, nas Comissões Parlamentares de Inquérito, tudo aquilo que sabem, a comparação dos testemunhos, a colaboração que está havendo por parte de pessoas de todo o Brasil, acompanhando muito atentamente os trabalhos de investigação da CPMI, e a documentação que está chegando ao Congresso Nacional, tudo isso contribuirá para que possamos fazer um trabalho investigativo o mais sereno e profundo, com as consequências que teremos que levar adiante.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Senador Pavan, pediria que V. Ex^a fosse muito breve.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Peço que os apartes sejam breves, porque já proroguei.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Exatamente. Eu já saltei seis páginas e preciso terminar.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senadora, apenas um minuto. Senadora Serys, apenas quero dizer que o tempo que a conheço no Senado já foi suficiente para eu saber que V. Ex^a é uma pessoa ética e que, certamente, engrandeceria qualquer legenda partidária, tanto o PT quanto outros entes partidários. Sabemos que V. Ex^a trabalha com seriedade e está demonstrando a sua indignação em seu discurso. Mas é bom dizer, Senadora, que o Delúbio não é ex, ainda é tesoureiro, está licenciado. Ainda usa o carro do PT, não o devolveu, e ainda está recebendo salário. Ele não é ex, ainda é integrante. Ele não convenceu ainda o PT – a elite de que tanto fala o Lula – de que ele não está envolvido. Todos nós, brasileiros, sabemos que ele está envolvido. Quero dizer o seguinte a V. Ex^a: que também são nojentos e asquerosos não apenas o Delúbio e o Silvío, mas também aqueles que receberam dinheiro deles. Eles também o são.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sim, claro. Foi o que acabei de dizer.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Quero alertar V. Ex^a para não citar muitos nomes deles, porque, daqui a pouco, se eles resolverem falar tudo, vai sobrar pouca gente no PT. Com certeza, V. Ex^a vai sobrar, porque é uma pessoa ética. É bom não provocá-los muito, porque, se o fizer e essas pessoas abrirem a boca, pouca gente no PT vai sobrar.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Eu diria o contrário, vai sobrar muita gente no PT.

Mas, independentemente disso, V. Ex^a tem razão com relação à questão do Delúbio. Se V. Ex^a consultar as minhas falas da semana passada, Senador, vai verificar que eu pedi por duas vezes, em dois momentos diferenciados, a expulsão de Delúbio Soares do PT, porque é inadmissível o PT pagar salários, advogados e outros privilégios para uma pessoa que agia realmente como bandido no Partido dos Trabalhadores e que já devia ter sido expulsa há muito tempo. Eu já havia dito isso há bastante tempo aqui; na semana passada, reiterei, e reitero novamente. Mas vai sobrar muita gente, com certeza.

Peço mais um tempo para tentar terminar o meu discurso, porque já pulei seis páginas.

Eu diria, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, para superarmos esta fase danosa para o PT, nada mais justo, nada mais apropriado, Senador Suplicy, do que uma completa renovação dos nossos quadros dirigentes, a partir da manifestação direta de cada um dos nossos filiados. No dia 18 de setembro, que já estava marcado há mais de dois anos, cada militante petista vai se manifestar, com o seu voto, sobre tudo isso que aconteceu com o Partido dos Trabalhadores. Dia 18 de setembro, não serão uns poucos, mas todos os petistas que, votando de forma direta, vão decidir os melhores rumos para o PT. Para superar esses tempos sombrios em que foi possível a alguns dirigentes manipular a sorte e os destinos de tantos petistas, vamos submeter o PT a um processo de renovação em que o militante petista é que falará mais alto.

Não ao adiamento do PED! Não ao adiamento do processo de eleições diretas no PT! É dia 18 de setembro e ponto. Está marcado há muito tempo e não é agora que vamos mudar.

Temos diversos candidatos à presidência do PT que merecem nosso respeito. Escrevi meu nome na chapa da companheira Maria do Rosário, mas destaco também as candidaturas dos companheiros Valter Pomar, Raul Pont e Plínio de Arruda Sampaio, que, coincidentemente, são lideranças que representam aquelas correntes que, em Mato Grosso, estão unidas na defesa de minha candidatura à presidência do PT regional.

Sim, não podemos vacilar em dizer que alguns dirigentes do PT cometeram equívocos tremendos nesse período em que estiveram à frente do Partido.

Devemos voltar a fortalecer a voz e a decisão da militância. Precisamos retomar a construção dos núcleos de base. Precisamos dar uma nova força aos nossos encontros municipais, estaduais e nacionais. Não podemos deixar pontos vagos e indefinidos no nosso programa de ação e nos nossos compromissos partidários. Falamos tanto em reconstruir o Brasil, em trabalhar pela construção do socialismo no Brasil, mas isso não pode ficar restrito a palavras ocas. Precisamos delinear melhor esse processo, senão nosso País corre o risco de ficar à mercê de ataques de qualquer oportunista melhor articulado, que, nos seus exercícios verbais, conseguem até parecer gente séria.

Precisamos de muita clareza e muita humildade, precisamos estudar mais, de forma mais aprofundada, a realidade brasileira, para nos capacitarmos melhor para oferecer soluções efetivas às graves e continuadas carências que tanto sacrificam o nosso povo. O nosso Governo está devendo as grandes mudanças que nosso povo ainda espera.

O Sr. Edson Lobão (PFL – MA) – Abaixo os oportunistas!

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Abaixo os oportunistas em todas as siglas partidárias! Nosso Governo está devendo as grandes mudanças que o nosso povo ainda espera.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Vou conceder-lhe mais dois minutos, Senadora.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada.

Há ainda muito o que fazer neste primeiro mandato, de forma a nos credenciarmos a ter um segundo mandato do PT à frente da Nação brasileira. Nosso Governo precisa se ajustar aos reclamos da maioria do povo e afinar sua política econômica com os interesses do povo pobre deste nosso Brasil, que ainda continua à espera de que se pague a enorme dívida existente em nosso passivo social.

Entendo que o PT tem tudo para continuar sendo um espaço de defesa privilegiada dos interesses da maioria do nosso povo. Por isso, continuo no PT, defendendo-o e entendo que o PT deve sobreviver para além da crise atual. O PT é um patrimônio da classe trabalhadora e estamos a postos para limpar de suas fileiras os bandidos que nele se abrigaram.

Quero o meu PT de volta!

Muito obrigada. (Palmas.)

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, nestes últimos dias, nestas últimas semanas, em que tudo se articula neste Congresso em torno das Comissões Parlamentares de Inquérito que apuram uma série de irregularidades que envolvem setores do Governo e agentes políticos de diversos partidos, notadamente agentes políticos do PT, tenho me esforçado ao máximo para estar junto do meu eleito, daqueles brasileiros e brasileiras que acreditaram no Partido dos Trabalhadores e me fizeram Senadora da República pelo Estado de Mato Grosso.

Por todos os cantos, em todas as mídias, a crise do Governo e a crise do PT tem sido notícia permanente. As revelações que nos chegam de Minas Gerais, neste início de semana, demonstram que é uma crise abrangente, que envolve a prática sistemática dos principais Partidos políticos, principalmente durante as disputas eleitorais. É a roupa suja da política brasileira que se está lavando em público e é importante que seja lavada em público, diante dos olhos de nossa população, com o mandato de quem chegamos até aqui.

Há muitos aspectos a considerar, em toda esta situação, e devo dizer que me parece particularmente importante a preocupação com o futuro do Partido dos Trabalhadores. Por isso, ao mesmo tempo que sigo cumprindo com minhas responsabilidades aqui em Brasília, tenho me empenhado, lá em Mato Grosso, naquilo que já estamos caracterizando como um esforço de reconstrução do PT e do seu espaço na política do nosso Estado e do nosso País.

Ataques nos são feitos de todos os lados e é natural que isto aconteça. Como diria o Barão de Itararé, lembrado em boa hora pelo companheiro Paulo Delgado, um petista que sabe se preservar, preservando o seu bom humor: “Tudo seria mais fácil se não fossem as dificuldades.” Mas cabe a nós do PT a responsabilidade de reagir, de responder a estes ataques, tendo em vista o que representa o Partido dos Trabalhadores dentro da estrutura política do Brasil, um partido que não surgiu por acaso mas que é resultado de uma caminhada histórica da classe trabalhadora e que não podemos, por isso mesmo, permitir que se desmanche no ar. Se erros aconteceram, também tivemos muitos acertos e estes acertos precisam ser preservados. Se houve um grave desvio em nossa trajetória, agora é a melhor oportunidade de corrigir a nossa rota e retomarmos o PT de acordo com os princípios que estão em seu manifesto e em seu programa. Esse partido, forjado na resistência à violência do regime militar, tem

uma história que merece respeito, muitas foram as mulheres e os homens que deram a sua vida no esforço de torná-lo possível, esta grande legenda que é hoje.

Penso já ter ficado muito evidente, para a grande maioria de nossa população, que as práticas que parecem ter irmanado o ex-Tesoureiro do PT, Delúbio Soares, o ex-Secretário-Geral do Partido, Silvio Pereira, o ex-Presidente José Genoíno, um grupo de Parlamentares do nosso Partido, de Partidos da base de apoio ao nosso governo, mas também Parlamentares de Partidos da oposição, e o poderoso esquema articulado pelo empresário Marcos Valério, essas práticas se constituíram em uma surpresa estonteante para uma expressiva parcela do PT e para a grande maioria de nossa militância. Se a sociedade brasileira se espantou e se espanta, a cada dia, com os fatos e os esquemas que vão sendo revelados, o choque e a revolta tomam conta ainda mais do coração e das mentes da comunidade petista.

Nós, que construímos este Partido como um espaço diferenciado de militância política e eleitoral, ficamos boquiabertos, estupefatos, tomados por uma surpresa arrasadora, desde que o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, em surpreendente entrevista à **Rede Globo**, confessou ter participado da montagem de um esquema de Caixa Dois à sombra do nosso Partido e à revelia de todas as instâncias partidárias. Um esquema de corrupção eleitoral, senhor presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores! Aquela confissão foi como uma punhalada em nossos sonhos, em nossa história, na nossa esperança de conseguir mudar os rumos da política brasileira, a partir da presença do PT no Governo Federal.

Nosso esforço de construção do PT como este Partido diferenciado dos demais e comprometido com a ética, foi colocado, desde então sob suspeita. Muitos fazem, hoje, chacota dos propósitos que o PT sempre procurou sustentar – e nós sabemos que existem muitos interessados em estabelecer a terra arrasada, acabar com as esperanças do povo brasileiro de que possa existir honradez nas atividades políticas. Não interessa a estas pessoas e a estes grupos que os trabalhadores sejam ativistas da política, que os trabalhadores definam e exponham de forma independente os seus interesses de classe e as suas bandeiras de luta.

A verdade é que, sem que a militância contasse com o mínimo de informação antecipatória, nosso Partido viu ruir -, a partir da confissão de Delúbio Soares, de que comandava um esquema de corrupção eleitoral -, grande parte do carisma do PT, construído durante mais de 25 anos por homens e mulheres das mais diversas regiões brasileiras, das mais diversas profissões, das mais diversas formações, todos iden-

tificados sempre pelo desejo de depuração da prática política. Sim, muitos de nossos adversários hoje fazem piada, e comemoram porque o PT sempre sustentou, de fato, esta busca da moralidade pública como um dos seus princípios. Nosso Partido se fortaleceu, através dos tempos, identificando e denunciando muitas das falcaturas alheias – e, agora, se vê enlameado, porque alguns dos seus dirigentes entenderam, numa atitude inaceitável, que poderiam recorrer aos mesmos esquemas de corrupção que sempre foram combatidos pelo discurso e pela prática do PT. Não tenho outro nome para caracterizar esses dirigentes como oportunistas, traidores abjetos do projeto do PT. São pessoas que merecem nosso mais vívido repúdio, já que desrespeitaram um processo de construção, lutas que vinham se desdobrando há décadas, envolvendo mulheres e homens de bens, que fizeram da bandeira do PT a melhor expressão do seu modo de vida.

Existem aqueles militantes que, espantados, revoltados, feridos em seu orgulho de pessoas de bem, de brasileiros e brasileiras que tanto confiavam na direção e nas Lideranças do PT, já anunciaram seu desligamento de nossa legenda, por se sentirem atraídos de forma covarde, de forma infame.

Foi o que aconteceu lá em Mato Grosso, com os companheiros do Diretório Municipal da cidade de Sinop, que se desfilaram, capitaneados pelos companheiros Rui Farias e pela nossa querida companheira Ivonete. Lamento profundamente a perda destes companheiros, mas compreendo a angústia de sua decisão. Vejam que o companheiro Rui Farias, advogado da maior respeitabilidade, sempre se caracterizou, lá em Sinop, por sua luta incansável contra a contra de voto – e agora lhe jogam na cara que o PT é um Partido que pode estar comprando votos no Congresso, usando para isso um sórdido esquema apelidado de “mensalão”.

Como reação imediata, entendemos que tudo deva ser apurado. Que o PT e o seu Governo que, em alguns momentos, chegaram a vacilar, não interponham mais qualquer tipo de barreira às investigações que precisam ser feitas para esclarecer todo o alcance desta vergonha que cerca este nefando esquema caracterizado como esquema do mensalão. É preciso ir às últimas consequências nestas investigações, tanto aqui no Congresso Nacional, quando na Polícia Federal e no Ministério Público. Como disse o companheiro Lula, que se corte na própria carne do PT, se for o caso, sem dor nem piedade – e os fatos já demonstram que a carne do PT já está sendo cortada.

Como reação imediata, já defendi anteriormente e volto a defender hoje, que é preciso que o sr. Delúbio Soares, que confessa ter traído o PT e jogado por terra

os compromissos do PT, seja expulso imediatamente do Partido e que deixe também de receber qualquer tipo de proteção de nosso Partido. Entendemos, por tudo isso, que esse é um processo do qual o PT e seus militantes devem participar de peito aberto, com a maior disposição, já que ao mesmo tempo em que se desvenda o alcance da corrupção que envolveu alguns setores de nosso partido, vai se estabelecendo os marcos para uma retomada do processo de construção do PT. Sim, é importante que se saiba até onde foi a contaminação de nossa legenda, de nossa representação parlamentar, quais foram aqueles petistas que se deixaram embebejar pelas tentações das facilidades financeiras, para que se possa fazer um balanço das perdas e se dimensionar o esforço que nos exigirá reconstruir a respeitabilidade do PT aqui em Brasília, dentro do Governo Federal, mas também lá no Brasil profundo, onde cada diretório zonal e municipal do PT, onde cada militante nosso também está tendo a sua honra colocada em questão. É preciso fazer isso, com urgência, para mostrar aos militantes de base do PT que nós os respeitamos, que nós nos miramos no seu exemplo e que nós também queremos um partido sem vendilhões, sem pessoas que se envolvam em tramóias, sem oportunistas.

É por isto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que aceitei o convite dos companheiros do Movimento PT e me juntei à chapa da companheira Deputada Maria do Rosário, para a disputa das eleições diretas através das quais o Partido dos Trabalhadores irá definir seus novos dirigentes em votação marcada para o dia 18 de setembro.

Todos nós temos acompanhado pelos jornais, pela tevê, o esforço desenvolvido pelo Direção interina do PT, para tomar pé da situação em que se encontra o Partido. Com o afastamento de Genoino, Delúbio, Silvinho e Marcelo Sereno, houve a substituição nos cargos, assumindo Tarso Genro como Presidente, Ricardo Berzoini como Secretário-Geral, José Pimentel como Tesoureiro e Humberto Costa como Secretário de comunicação. São companheiros que assumiram a difícil missão de conduzir o Partido até a eleição do dia 18 de setembro, quando caberá à nossa militância, aos milhares e milhares de filiados que o PT tem espalhados por todos os rincões deste País, determinar, através do voto direto, quem serão aqueles que vão comandar o PT neste processo de reconstrução que eu diria que já está em andamento. As estatísticas apontam que existem mais de 800 mil filiados do PT aptos a votar no dia 18 de setembro. Tenho para mim que será uma votação histórica, exemplar, um verdadeiro processo de faxina dentro do PT, comandado por sua militância. Sim, depois da infâmia desta traição, depois da sordi-

dez deste esquema montado à revelia das instâncias do nosso Partido, no próximo dia 18 de setembro, os militantes do PT vão pras ruas, vão sair de casa decididos e vão votar no processo direto de escolha dos nossos novos dirigentes, fazendo a faxina que precisa ser feita na direção do nosso Partido, uma faxina dura, implacável, decisiva, que há de devolver nosso PT a seus rumos históricos. Essa é a minha confiança, esta é a minha esperança de militante petista.

A crise em que mergulhamos, dentro do PT, surgiu da centralização exagerada de poder que se operou dentro do Partido dos Trabalhadores, momentaneamente controlado por uma maioria do chamado Campo Majoritário. Tudo indica que Delúbio Soares, Silvinho Pereira, Marcelo Sereno, e José Genoino perderam completamente as estribeiras, deixaram de se referenciar na militância do PT e passaram a tomar decisões como se fossem decisões de todo o Partido. Tudo isto representou uma série de ofensas, um desrespeito enorme para tantos quantos têm participado da construção do PT, nestes últimos tempos. Estão aí os companheiros do Movimento PT, da Articulação de Esquerda, da Democracia Socialista, do Trabalho, dos movimentos comunitários, do movimento sindical, das comunidades eclesiais de base, do movimento dos Sem Terra, enfim, militantes das mais variadas esferas de participação que foram desconsiderados por estes companheiros que passaram a decidir sozinhos, como se tivessem cabeças iluminadas.

Ora bolas, o PT foi feito para acabar com este tipo de partido que é controlado por cabeças iluminadas. Isto pode ficar bem para o PSDB, para o PFL, para estes partidos que são controlados por caciques fisiológicos, mas nós do PT devemos repudiar e punir este tipo de prática!

O PT é um Partido sem caciques, em que os seus filiados se recusam terminantemente a fazer papel de massa de manobra para quem quer que seja. Por isso, nosso repúdio ao Sr. Silvio Pereira, que de modo vergonhoso aceitou como presente uma camionete luxuosa de um dono de empresa que tinha grandes interesses dentro da Petrobras. O PT não pode aceitar este tipo de troca de favores, ainda mais se tratando de um dirigente nacional de nosso Partido que, em boa hora pediu seu boné, se desfilou do Partido, se não teríamos fatalmente que expulsá-lo, como entendo que deva ser expulso também o Sr. Delúbio Soares, por toda esta infâmia que tem trazido para dentro de nosso Partido.

Para superarmos esta fase danosa, nada mais justo, nada mais apropriado, do que uma completa renovação dos nossos quadros dirigentes, a partir da manifestação direta de cada um dos nossos filiados.

Dia 18 de setembro, cada militante petista vai se manifestar, com seu voto, sobre tudo isto que aconteceu com o Partido dos Trabalhadores. Dia 18 de setembro, não serão uns poucos, mas todos os petistas que, votando de forma direta, vão decidir os melhores rumos para o PT. Para superar esses tempos sombrios em que foi possível a alguns dirigentes manipular a sorte e os destinos de tantos petistas, vamos submeter o PT a um processo de renovação em que o militante petista é que falará mais alto.

Essa votação e essa renovação feita a partir das bases, acredito que será o passo primeiro, inicial, num processo de reavivamento do nosso partido. Por isto, não podemos concordar com aquelas vozes que nos chegam, propondo que, em sua próxima reunião, o Diretório Nacional do PT vote por um adiamento do PED, das eleições diretas do PT. E vejam que essa proposta tem sido feita, com mais insistência por lideranças e militantes ligados ao Campo Majoritário. Seria bom que esses companheiros do Campo Majoritário se despissem um pouco da empáfia, da arrogância que insistem em manter, mesmo diante de todo o caos em que mergulharam o PT, e se curvassem a esta evidência de que não se pode antecipar mas também é inaceitável que se adie a livre manifestação dos militantes de base do PT sobre os rumos e os destinos de nosso partido.

Temos diversos candidatos à Presidência do PT que merecem nosso respeito. Escrevi meu nome na chapa da companheira Maria do Rosário, mas destaco também as candidaturas dos companheiros Valter Pomar, Raul Pont e Plínio de Arruda Sampaio que, coincidentemente, são lideranças que representam aqueles correntes que, em Mato Grosso, estão unidas na defesa de minha candidatura à presidência do PT Estadual. E o que nos une é o desejo de ver o PT retomar os trilhos da ética, da decência, acabar com esta fase de substituição que representou a atuação dos srs. Genóio e Delúbio e Sílvio Pereira à frente do PT.

Sim, não podemos vacilar em dizer que o Campo Majoritário cometeu equívocos tremendos neste período em que esteve à frente do PT. Mas não nos basta acusar. Devemos aprender com os erros cometidos por eles, que acabaram se constituindo em erros de todos nós, erros de todo o PT. Precisamos, agora, democratizar profundamente a gestão de nosso Partido. Acabar com esta concentração de poderes que permitiu que alguns dirigentes introduzissem, nos assuntos do PT, oportunistas como Sr. Marcos Valério, sem que grande parte da Executiva do PT e do Diretório Nacional do Partido percebessem o tremendo buraco em que estavam mergulhando o PT. Trouxeram para dentro do PT uma prática de corrupção eleitoral, que o senhor Mar-

cos Valério, pelo que as investigações já demonstram, começou a exercitar em proveito próprio e em proveito do PSDB, a partir da campanha eleitoral de 1998. Isso foi possível porque, de alguma forma, os controles internos da gestão petista estiveram frouxos.

Devemos voltar a fortalecer a voz e a decisão da militância. Precisamos retomar a construção dos núcleos de base. Precisamos dar uma nova força aos nossos encontros municipais, estaduais e nacionais. Não podemos deixar pontos vagos e indefinidos no nosso programa de ação e nos nossos compromissos partidários. Falamos tanto em reconstruir o Brasil, em trabalhar pela construção do socialismo no Brasil, mas isso não pode ficar restrito a palavras ocas. Precisamos delinear melhor este processo senão nosso País corre o risco de ficar à mercê de ataques de qualquer oportunista melhor articulado do tipo de César Maia ou de Antony Garotinho que, nos seus exercícios verbais, conseguem até parecer gente séria.

Precisamos de muita clareza. Precisamos de muita humildade, precisamos estudar mais, de forma mais aprofundada, a realidade brasileira para nos capacitarmos melhor para oferecer soluções efetivas às graves e continuadas carências que tanto sacrificam o nosso povo. O Presidente Lula está devendo as grandes mudanças que nosso povo ainda espera. Ainda há muito que fazer neste primeiro mandato de forma a nos credenciarmos a ter um segundo mandato do PT à frente da nação brasileira. Nosso Governo precisa se ajustar aos reclamos da maioria do povo e afinar sua política econômica com os interesses do povo pobre deste nosso Brasil, que ainda continua à espera de que se pague a enorme dívida que existe no nosso passivo social.

Entendo que o PT tem tudo para continuar sendo um espaço de defesa privilegiada dos interesses da maioria de nosso povo. Por isso que continuo no PT, defendendo o PT e entendo que o PT deve sobreviver para além da crise atual.

O PT é um patrimônio da classe trabalhadora e estamos a postos para limpar de suas fileiras os bandidos que nele se abrigaram.

Quero o meu PT de volta!

Obrigada, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Antes de conceder a palavra ao próximo orador, Senador Mão Santa, a Presidência do Senado comunica que a sessão não deliberativa de amanhã será realizada às dez horas.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, outro dia pedi a inserção das minhas contas de campanha, em seus detalhes, nos Anais da Casa. E aqui está (*Mostra exemplar do Diário do Senado Federal, edição de 15/07/2005.*). Isso aqui, modéstia à parte, é quase tudo meu, ou seja, o discurso, os documentos que anexe, demonstrando a corrupção no Governo petista e as minhas contas de campanha. Aqui está o nome do Sr. Joãozinho da Gasolina – está aqui. Está todo mundo aqui.

Quero só dizer que este aqui é o **Diário do Senado Federal** de um dia normal e este aqui é o que publica os documentos mostrando a corrupção, bem como o meu discurso, longo, de duas horas. Não retiro uma só palavra do que disse ali, nem uma nem meia. Aqui estão as minhas contas de campanha com Pareceres do Tribunal de Contas e do Ministério Público e tudo o mais. Pedi aos Srs. Senadores que fizessem a mesma coisa. Entendo que os outros 80 devem remeter à Mesa os detalhes das suas contas de campanha. Chega deste País de caixa dois! Chega! E vamos ver se na próxima eleição não terá essa história de campanha em que eu gasto R\$10,00 e o partido paga R\$10 milhões por mim. Vamos ver se fazemos algo parecido com isso aqui. Sou responsável pela minha campanha, sou responsável por tudo que aconteceu na minha campanha. Cada senador deve ser responsável por tudo que aconteceu na sua campanha. Fora disso, ficamos dando nome: caixa 1 para um, caixa 2 para outro; caixa 0,75; caixa 2,25; caixa 3,13; caixa 5,7 – e o Brasil vai afundando na imoralidade.

Aqui está. A grandona é minha e a pequenina é de um dia comum do Senado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Pois não, Senador.

Com a palavra, o Senador Mão Santa.

A contagem do tempo se dará depois que V. Ex^a iniciar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente Romeu Tuma, Congressistas, brasileiras e brasileiros presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação.

Senador Antonio Carlos Magalhães, atentamente, ouvimos V. Ex^a. Depois, a Senadora Serys. E, como estamos no Senado, isso já existiu, ninguém vai inventar a roda... Teve um grande Senador que dizem ter sido o maior orador da história: Cícero. E Cícero disse: nunca

fale depois de um grande orador. Vou ter de falar depois do Antonio Carlos e, pior ainda, de uma grande e bela oradora, que é a Serys. Nada contra. Agora, se ela tivesse vindo de verde no lugar do vermelho, que está metendo medo, a esperança não estaria ainda morta, como estamos todos temendo – a esperança, que tinha sido engolida pela corrupção gigante.

Mas o mesmo Cícero, Senador Romeu Tuma, disse algo muito oportuno. E daqui – ó, Senador Arthur Virgílio, sei que o pai de V. Ex^a daqui combateu a Ditadura e o AI-2 –, eu adverti: ó, Lula, tire o Zé Maligno. Isso, antes desse Roberto Jefferson, que é o Maligno II. Foi antes, aqui. Não, Zé Maligno. Pode buscar nos arquivos.

Em Roma também havia os malignos. E o Senador Marco Maciel, que é da Academia de Letras, talvez saiba a frase até em latim; S. Ex^a é da Igreja, sabe tudo. Eu não sei em latim, mas Cícero disse mais ou menos assim: até quando, Catilinas, abusarás de nossa paciência? E a história se repete. Essas são as nossas palavras: até quando vão abusar de nossa paciência?

Senador Antonio Carlos Magalhães, mas o melhor de Cícero é um livro sobre amizade e velhice. Os militares jovens chegaram até Cícero. Ele, no plenário, como V. Ex^a, e sem filosofia de vida; os jovens militares, corajosos das batalhas, mas temerosos da vida. Que seria a vida, se eles iam perder a força, que era necessária para vencer? E Cícero, como Antonio Carlos Magalhães, disse: Não! Vocês vão ganhar experiência. Também fui como vocês; fui militar, herói de guerra, e aqui trago a experiência, para melhorar a Itália e Roma, fazer leis boas e justas.

Mas, querida Senadora Serys Shessarenko, tem-se que entender as coisas. V. Ex^a é Professora e do PT. Já o filósofo disse, Senador Leonel Pavan: o homem é um animal sociável, que passou a viver em sociedade, em comunidades, em cidades. Os gregos, antes de Cristo. E se buscaram formas de governo, muitas. Havia os absolutistas, esses que acompanharam o PT, de Cuba, dos países absolutistas. O Zé Maligno foi lá e chorou, por quê? Que negócio é esse de homem andar chorando? Eu nunca chorei. Só com o Senador Antonio Carlos Magalhães o admito, na perda do filho. Mas vai lá chorar no ombro de Fidel Castro? Eu, como médico e psicólogo, vi que o homem estava mal-intencionado, que era maligno o Zé Maligno que está aí. Denunciei daqui.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas o povo, vendo esses governos absolutistas, Senador Arthur Virgílio, foi às ruas decepcionado – como está agora,

nas ruas do Brasil, frustrado, enganado, sem esperança, afogado no mar de corrupção. O povo foi às ruas e gritou: liberdade, igualdade e fraternidade. Nasceu o governo do povo, pelo povo e para o povo.

Aqui, no Brasil, ocorreu o mesmo, com Ulysses. Eu represento o PMDB autêntico; eu o lidero. Nesta Casa, há o PMDB do Senador Ney Suassuna e o PMDB autêntico, que lidero, porque nossos princípios são a ética, a grandeza partidária, o sacrifício dos mortos: de Ulysses Guimarães, de Teotônio Vilela*, de Juscelino Kubitschek, de Tancredo Neves. Venham os mortos, que eu posso representá-los.

Ulysses Guimarães disse: “ouça a voz rouca das ruas”. Eu ouço. Não ouço os cofres dos palácios, do bancos e das vantagens dos DAS, das propinas e das negociações; ouço a voz da vergonha. Entendemos, então, que nasceu a democracia, que não tem nada a ver com o PT, Senador Romeu Tuma. Nada, nada, nada! Nem a redemocratização. A redemocratização é nossa, dos autênticos do PMDB. Aqui, Marcos Freire, Lysâneas Maciel, Freitas Nobre, Teotônio Vilela, com seu estoicismo. É nossa!

Eu, muito jovem, na minha Parnaíba. Conquistamos a primeira Prefeitura do MDB, no início dos anos 70, contra a ditadura. Essa é a história. Agora, não admito. Olhem o que o Zé Maligno queria: cooptar, comprar o grande MDB. Eu, não, quero que esse PT exista, para enfrentá-lo de peito aberto, frontalmente. Eu entendo, não são os vendilhões do PMDB que entendem, os abutres. Nós, que falamos, os da rua, queremos e defendemos aqui a participação democrática.

Senador Valdir Raupp, atentai bem, pensai, acreditai e mudai! Venha para cá, para o PMDB autêntico. Ulysses, em 1974, enfrentou Geisel sem chances, para que nascesse a redemocratização. Isso aconteceu em 1974; em 2005, vamos ser cooptados, comprados?

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Concede-me um aparte, nobre Senador?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Dou tudo. Não quero aparte de V. Ex^a; quero V. Ex^a integralmente para o PMDB autêntico, da luta. Queremos o PT, o PFL, o PSDB. A democracia só será forte, se houver Partido forte.

Quando começamos aqui, Senador Arthur Virgílio, a ordem era cubanizar. Aqui éramos eu, Leonel Pavan com a bengala, Antero Paes Barros, Efraim Moraes, Arthur Virgílio, combatendo o que queria implantar um só Partido. E nós estamos aqui.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, eu pediria dez mais cinco. E depois há a generosidade de São Paulo.

Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio, Parlamentar que tem a grandeza de continuar o trabalho de seu pai, que lutou contra a ditadura nesta Casa e que foi cassado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu pediria que os apartes fossem rápidos, para não comprometer o tempo dos demais oradores.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Mão Santa, serei bastante breve. Até acho que homem emocionado chora sim, mas o choro do ex-Ministro a que se refere V. Ex^a foi, por coincidência e ironia perversas, mais ou menos na mesma época em que o regime ditatorial – para mim, hoje assassino – de Fidel Castro executou sumariamente, sem direito de defesa, aqueles rapazes que tentaram fugir de Cuba, para irem para Miami. Ou seja, não eram nem conspiradores contra o regime. Eram pessoas que, pura e simplesmente, queriam deixar o regime em paz e ir embora dele e que foram executadas sumariamente. Esse choro não foi pelos assassinados, pelos mortos pelo regime ditatorial, e o abraço foi em solidariedade ao ditador. Isso é lamentável. Já tive minhas quimeras em relação a Cuba e, hoje, tenho profunda aversão pelo regime que está posto lá, profunda aversão! Não dá para pactuar com nada que signifique desrespeito aos direitos fundamentais da pessoa humana. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte e o incorporo ao meu pronunciamento.

Ouçó um aparte do extraordinário homem público Senador Valdir Raupp. Convido-o para, conosco, neste momento do PMDB, ajudar os autênticos a superarem os moderados. Houve isso aqui na redemocratização.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Nobre Senador Mão Santa, somos todos autênticos. Estou no PMDB há 25 anos. Fui eleito cinco vezes pelo PMDB. Sempre votei nos candidatos do PMDB à presidência da República. Votei em Ulysses Guimarães, para quem fiz campanha e dez comícios em meu Estado, quando foi candidato à Presidência da República pelo PMDB e teve apenas 5% de votos no País, mas, em meu estado, houve cidades em que ele ganhou. Na eleição do Quêrcia, mesmo sabendo que era difícil, o apoiamos para Presidente da República. Na última eleição, votei, no primeiro e no segundo turnos, em Serra. Por que votei em Serra e fiz campanha para ele? Porque, em sua chapa, estava nossa companheira do PMDB, Rita Camata, esposa do nosso irmão Senador Gerson Camata. Autêntico é votar sempre nos candidatos do PMDB. Não é por que estou votando favoravelmente a alguns projetos do Governo Lula que não posso ser

mais autêntico no PMDB, nobre Senador Mão Santa. Quero continuar sendo autêntico, votando com minha consciência nos projetos para o País. Nunca votei no Lula. Não tenho medo de falar que nunca votei no Presidente Lula, porque sempre que o Lula disputou eleição, o PMDB tinha candidato à Presidência da República ou candidato à Vice-Presidência da República. Se, na próxima eleição, o PMDB tiver candidato à Presidência da República e o Lula for candidato à reeleição, votarei no candidato do PMDB e trabalharei novamente para ele. Não posso permitir, com todo respeito que tenho a V. Ex^a, que não me considere como um autêntico do PMDB. Sempre fui e sempre serei autêntico. Obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço. Nunca tinha tido réplica, mas agora terá. Autênticos existem. O próprio Ulysses Guimarães disputou. Ele tinha combinado que faria a campanha para florescer a democracia e não viria. Então, na eleição do colégio eleitoral, que tinha 406 brasileiros – havia menos Deputados e menos Senadores –, 300 votos foram para o Geisel; 70, para Ulysses; e 26 autênticos votaram em branco, porque ele não cumpriu o compromisso. Era para não vir no dia da eleição, para não haver homenagem ao Geisel. Por isso, os outros representantes votaram em branco. Foi esse o resultado. Cito alguns desses autênticos: Lysâneas Maciel, Marco Maciel, Fernando Lira, Francisco Pinto, Teotônio Vilela e muitos outros. Isso é histórico. Estou dando andamento, daí querer recrutar o nome de V. Ex^a, porque faremos um bloco que já existiu. Ele teve 26 votos do PMDB em 1974.

Que votei no Lula, votei. Eu acredito em Deus. Senador Marco Maciel, acredito no amor, no estudo e no trabalho. Foi isso que me trouxe até aqui. Mas, Carreiro, eu vi que Satanás existe. Eu não acreditava, não, mas passei a acreditar ultimamente, por quê? Na primeira vez, eu não votei no Lula; na segunda, eu não votei; na terceira, eu não votei; e na quarta, Satanás me tentou e eu votei. Votei porque fui afastado do combate e o candidato natural havia chegado a me convidar para ser o seu Vice-Presidente. E o PMDB foi cooptado e nós estamos aqui.

Senador, eu queria apenas citar Ortega y Gasset. Senador Valdir Raupp. Ortega y Gasset disse que “o homem é o homem e suas circunstâncias”. Naquelas circunstâncias, eu votei.

Agora, eu sou médico, Senador Arthur Virgílio. Há muitos e muitos anos, no começo do mandato, quando se votava a reforma perversa do servidor público, que, depois, minimizaram com a PEC Paralela, eu disse daqui: três coisas o homem só deve fazer uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT.

Mas eu quero lembrar uma verdade médica, agora, Senador Leonel Pavan: aprendi em Medicina, Senador Arthur Virgílio, arrependimento não mata, porque se arrependimento matasse eu já estava morto, porque votei no Lula.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora Ideli Salvatti, eu queria pedir licença a V. Ex^a. Estamos inscrevendo para uma comunicação urgente. Falaria o Senador César Borges e, em seguida, V. Ex^a, se concordar, não havendo assim uso da palavra pelas Lideranças hoje.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não, eu lhe agradeço. Estou no aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Agradeço à nobre Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges, por dez minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Por dez, prorrogáveis por mais dez, Sr. Presidente? (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a quer se inscrever?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Também estou inscrito para falar. Para uma comunicação inadiável, são dez minutos?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não, são cinco minutos intercalados, quer dizer, orador e...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então vou permanecer com minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador César Borges, vou marcar seu tempo, assim que V. Ex^a estiver pronto para falar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Estou pronto, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, nobre Senador Romeu Tuma, Sr^a Senadora Ideli Salvatti, Srs. Senadores, sem sombra de dúvida, o Brasil vive hoje uma de suas maiores crises políticas, a meu ver, a maior crise política após a redemocratização. O País está todo estarecido com os fatos que são desvendados a cada dia com relação à malversação de recursos públicos, com relação à formação de verdadeiras quadrilhas, que não só assaltam o Erário, mas também utilizam recursos de diversas fontes para promover a criação de uma base parlamentar artificial no Congresso Nacional. Não foi essa a proposta, Srs. Senadores, do Partido dos Trabalhadores.

Hoje, o jornal **Financial Times**, da Inglaterra, disse que havia três compromissos básicos do atual Governo: fazer do Brasil um país mais justo, um país mais desenvolvido e um país mais limpo. E, ainda, segundo o próprio jornal, o PT e o Presidente Lula tropeçam tristemente nesses três itens, nesses três compromissos fundamentais com relação ao nosso País e ao seu povo: um País mais desenvolvido, um País mais justo e um País mais limpo.

A crise é grande e o que o povo brasileiro exige de todos nós, do Congresso Nacional, e, de forma especial, daqueles que compõem a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que foi implantada mesmo contra a vontade do Presidente Lula e do Partido dos Trabalhadores, que só aceitou a realidade após as denúncias graves do Deputado Roberto Jefferson, é que possamos fazer os esclarecimentos necessários e o aprofundamento das investigações. Que a verdade venha à tona, por mais que dificultem, por mais que procrastinem, por mais que criem empecilhos e obstáculos até na captura dos documentos na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. E mais duas estão implantadas.

Entretanto, Sr. Presidente, é importante que se diga que em momento nenhum a Oposição nesta Casa, composta por diversos partidos – pelo Partido da Frente Liberal, de que faço parte, pelo partido que tem como Líder o nobre Senador Arthur Virgílio, o PSDB, pelo PDT, entre outros que compõem a oposição democrática nesta Casa – pregou o “Fora Lula”. Nunca pregamos o *impeachment*. Isso foi feito lá atrás, quando o PT era oposição, era oposição irresponsável, era oposição da bravata. Nunca pregamos.

Hoje, a prestigiada colunista do jornal **O Globo**, Tereza Cruvinel, diz que há uma mudança no discurso da Oposição; que a Oposição vinha pregando *impeachment*, e que agora não o faz mais. Inclusive disse que os mais notáveis na pregação do *impeachment* eram os Srs. Senadores ACM, César Borges e a Deputada Juíza Denise Frossard. O Senador ACM já se reportou desta tribuna, dizendo que nunca pregou aqui o *impeachment* ou o “Fora, Lula!”, nunca, muito menos eu. O que estamos defendendo de forma ardorosa é que se façam as investigações, que não se faça blindagem para ninguém neste País. Onde houver indícios, evidências, acusações, que se investigue e se chegue às conclusões para culpar aqueles que efetivamente estiverem comprometidos com as práticas delituosas, seja de formação de caixa dois – como quer restringir o Governo a questão da crise – seja de pagamento de mensalão, que é muito pior porque afronta as instituições republicanas deste País. Então, nunca defendemos o *impeachment* de forma alguma.

O Senador Antonio Carlos fez essa defesa, e faço a mesma, em meu nome pessoal, porque nunca tivemos essa posição. No entanto, vamos apurar, inocular quem não tiver culpa, e efetivamente condenar aqueles que tiveram essas práticas inaceitáveis, Sr. Presidente. Se as investigações chegarem ao Presidente da República, isso é problema dele, não é nosso. Não são as Oposições nesta Casa que estão defendendo o *impeachment* do Presidente Lula ou o “Fora, Lula!”. Somos uma Oposição democrática, fiscalizadora...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me um aparte, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Aceitamos os resultados das urnas, e espero que o Presidente possa concluir o seu mandato. Discordo da sua maneira de governar e sempre vou combatê-lo porque creio que ele não está na linha correta, sequer na economia, que tanto se fala que é preciso defender, uma economia com os maiores juros do Planeta. Os juros reais crescem a cada mês no Brasil porque, baixando a inflação, crescem os juros reais, uma vez que o Copom não baixa os juros. Essa é a realidade.

Pois bem, nós não defendemos o “Fora, Lula!”, como fez o PT no passado.

Concedo um aparte ao nobre Senador Mão Santa, com muita honra.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador César Borges, quero dar o meu testemunho aqui. Essa Bahia é grandiosa, e por isso que o Brasil começou por lá. Ela tem o Senhor do Bonfim, o Rui Barbosa, Antonio e V. Ex^a, César Borges. Roma teve doze, a Bahia só tem um, mas é grandiosa. Mas eu queria ensinar ao PT. Como eu já disse, o PT não tem nada a ver com a democracia. Ele queria botar aqui o regime totalitário de Fidel Castro, de Cuba, do “Zé Maligno”. Essa era a intenção e a ação, que nós não deixamos. Essa é a verdade. Quero dizer o seguinte: o que enriquece a democracia é a alternância do poder. Disso não abriremos mão. Nós queremos a alternância do poder. Lá no Piauí mesmo, nós votamos, mas vamos tomar, o povo vai tomar, o povo vai cantar no Piauí. O povo é o poder, e o PMDB vai ganhar as eleições no Piauí.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço seu aparte, Senador, e desejo-lhe sucesso nas urnas. Aproveito o seu aparte para dizer que é exatamente pelas urnas que queremos derrotar o Partido dos Trabalhadores, derrotar o Presidente Lula porque ele não cumpriu com seus compromissos com a Nação brasileira.

Aqui vejo membros do PT – está ali o Senador Sibá Machado, a quem vou permitir um aparte –, que ficaram indignados com a Oposição. Inclusive vi o Senador Sibá Machado, na CPMI, dizer que defendia

com orgulho o seu companheiro José Genoíno e que este não poderia ser atacado. Vi os membros do Partido dos Trabalhadores desta Casa defenderem com unhas e dentes o tal que o Senador Mão Santa chama de “Zé Maligno”, que é o ex-Ministro da Casa Civil, o Deputado José Dirceu. Nós assistimos a isso, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Então, o Governo do Partido dos Trabalhadores terá que ser derrotado pelas urnas. Ele teve 53 milhões de votos e nós o respeitamos. Se o povo brasileiro decidir que deve continuar com o Governo do PT, respeitaremos essa decisão, porque, acima de tudo, está a democracia, coisa que o Sr. José Dirceu não aprendeu. Ele gostava, sim, era do regime de Cuba, a maior ou talvez mais longa ditadura que temos em todo o Planeta, mais de 40 anos com um único governante. Não é isso que queremos para o Brasil. Esse é o gosto do Sr. José Dirceu, talvez se espelhando em Stalin e tendo como exemplo Cuba, mas não é a nossa posição. Somos democratas e saberemos respeitar o resultado das urnas.

O que não podemos aceitar é o Presidente da República não ter a dignidade de vir perante a Nação reconhecer os seus erros, tentar dissimular, como se não houvesse crise. O Presidente da República tenta criar uma divisão no País entre os cidadãos brasileiros, dizendo que há uma elite golpista. Que bobagem! Onde está a elite, Senador Sibá Machado? Nunca os bancos ganharam tanto, em governo algum, com os juros a 19,75%. Os especuladores mundiais, internacionais, estão aplicando no Brasil porque entendem que, apesar do risco que corre a economia em função da crise política, vale a pena, já que entre os 19,75% daqui e os 3% ou 4% que se pagam nos Estados Unidos há uma diferença de 15 pontos percentuais, Senador Romeu Tuma. Quem não quer aplicar?

E quem está pagando esses juros, Senador Sibá Machado, a não ser o povo brasileiro, a classe trabalhadora, o crescimento do Brasil, a nossa juventude sem expectativa, três milhões de brasileiros deixando o País? E éramos conhecidos como o País das oportunidades. Para cá vinham os portugueses, os japoneses, os franceses, os espanhóis, os italianos, vinham todos compor essa mescla de nacionalidade que temos, forjar o povo brasileiro. Pois bem, hoje eles estão aí sendo presos, assassinados em Londres, por conta de quê? Porque a sua Nação não tem oportunidade.

O Presidente não vem a público dizer que não cumpriu os seus compromissos, que o seu Partido errou, que ele errou quando disse que confiava em Roberto Jefferson, que ele errou quando disse que confiava no seu Ministro, o Chefe da Casa Civil, que há um ano já tinha um escândalo com o Sr. Waldomi-

ro Diniz, mas tenta agora dividir o País. É isso que temos que lamentar, mas temos também que imaginar e ter ainda uma esperança. No passado se dizia que a esperança vence o medo, e hoje sabemos que a corrupção venceu a esperança, mas vamos retomar a esperança, a esperança desse povo brasileiro que está frustrada com o que está havendo, com o que está acompanhando, com aquilo a que está assistindo a cada dia na televisão, que transmite esses debates da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Ouçó o aparte do Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito também, porque creio que V. Ex^a traz um tom de discurso hoje para esta Casa muito importante. Estamos trabalhando aqui sobre idéias, sobre o que V. Ex^a vê e pensa da conduta do Governo e até mesmo da pessoa do Presidente Lula. O que me cabe aqui dizer apenas é que as atenções do Presidente Lula...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador, coloque o microfone mais próximo, porque está com o som baixo, por favor.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – A conduta do Presidente Lula a respeito de Cuba, como da Venezuela, como de qualquer país, acredito que é linear; é um equilíbrio dos países mais pobres do mundo frente ao mercado mundial ter um novo foro de tratamento. A outra é sobre essa questão da migração brasileira. Vi uma reportagem – não me lembro exatamente a data – da revista **Veja** dizendo que, na década de 80, mais de cem intelectuais brasileiros migraram para outros países por não encontrarem campo de trabalho aqui satisfatório para seus desejos de condições de vida. Vi uma outra reportagem tratando de um eminente matemático brasileiro, de que não me lembro com certeza do nome, creio que seja Sartoro – desculpe-me, posso trazer o nome dele completo depois –, reclamando que, na época do escândalo dos “anões do Orçamento”, o Presidente Fernando Henrique teria até sugerido a ele um prêmio de reconhecimento, e ele disse que o salário não dava para pagar a compra de um terno novo. Então, há muitas injustiças no Brasil que infelizmente o esforço do Presidente Lula, por maior que seja, não conseguir vencer em quatro anos. O que queremos é que todos os governos que se sucederem superem-se. É lógico, penso que isso é inerente à natureza humana. Têm que se superar, até mesmo nós temos que nos superar de um ano para o outro. Então, quero dizer que o governo que vier, como V. Ex^a bem frisou, o povo tem o direito de julgar o mandato do Presidente Lula no ano que vem, se assim o Presidente considerar importante e for candidato à reeleição. Portanto, parabênize-o pelo tom do seu discurso e gostaria, neste

caso, de me sentir provocado a voltar à tribuna daqui a pouco para continuar o debate.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

Sr. Presidente, como meu tempo é curto, gostaria de trazer um assunto que é produto da CPI instalada. O Governo do Presidente Lula fez um Decreto, de nº 4.799, de agosto de 2003, que permite que os contratos de publicidade com as empresas de marketing e publicidade sejam estendidos também para promoção e instituição mercadológica. E inclui, na alínea **b**, inciso III, os patrocínios.

Isso não era permitido, não era possível. No entanto, por meio desse decreto do Presidente Lula, de inspiração do Ministro Gushiken, que o PT não quer que venha à CPMI – ele não é mais Ministro a essa altura, porque foi rebaixado, assim como o Sr. José Dirceu –, empresas de publicidade passaram a patrocinar todo tipo de eventos com o dinheiro das estatais.

Por conta disso, na segunda-feira, estourou um novo escândalo que foi publicado pelo jornal **O Estado de S.Paulo**. Hoje, o jornal volta ao assunto, dizendo que já foram levantados R\$10 milhões, pagos em patrocínio pelas estatais. Desses R\$10 milhões, R\$6,1 milhões por meio da agência Link; R\$2,3 milhões pela SMP&B, por intermédio do contrato dos Correios; e R\$830 mil pela Giovanni. O pagamento feito por meio das agências de propaganda tem por base, exatamente, o Decreto nº 4.799, que determina a intermediação obrigatória de agências de propaganda em toda a ação publicitária. E inclui muito mais do que isso: além da publicidade, inclui o patrocínio.

Por aí, então, Sr. Presidente, foram patrocinados o Fórum Social Mundial, um encontro de juízes em Costa do Sauípe, na Bahia – e até nós, como baianos, ficamos satisfeitos, mas são recursos de estatais utilizados para manipular organizações que ficavam generosamente recebendo recursos. E as instituições, agora, estão estupefatas porque não sabiam que era dinheiro da empresa SMP&B, do Sr. Marcos Valério. Tanto que aqui está uma manchete: “Surpresa, juíza suspeita de lavagem pelos Correios”.

O Presidente da Associação dos Juízes Federais da 1ª Região disse que a entidade pediu patrocínio à estatal, mas não sabia que a origem dos R\$70 mil era da agência de Valério. Era a agência de Valério que respondia pela publicidade dos Correios, do Banco do Brasil e assim por diante.

Portanto, Sr. Presidente, veja a importância dessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. A cada dia, uma nova denúncia, uma nova surpresa, como dizia ontem o Senador Arthur Virgílio, com muito brilhantismo, no “Programa do Jô”: parece a saideira do bêba-

do do bar, quando diz que é a última, a penúltima, a expulsadeira. Sempre há uma última a ser divulgada, no caso das denúncias. Ficaremos assim até quando, Sr. Presidente?

Isso mostra a justeza de a CPMI ter sido instalada, que o Governo não queria de forma nenhuma, porque dizia que tudo não passava de uma estratégia da Oposição para desgastar o Governo, que o escândalo dos Correios era de um funcionário de quinto escalão que tinha recebido R\$3 mil de propina. Já estamos, Sr. Presidente, em mais de R\$1 bilhão em todo esse descalabro que, infelizmente, infelicitiza a República brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Eu que agradeço e cumprimento V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Só um minuto. Vou ler um documento, Senador.

Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.106, de 2004** (nº 920/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nova São Manuel Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Manuel, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.348, de 2004** (nº 1.118/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Panamericana S/A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.363, de 2004** (nº 828/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Campinas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.373, de 2004** (nº 1.015/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Educadora Música e Cultura Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Batatais, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.474, de 2004** (nº 754/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio

e Televisão Record S/A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado do São Paulo;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2005** (nº 1.270/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Distribuidora de Pão aos Pobres a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 96, de 2005** (nº 1.337/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores da Comunidade de Restinga – SP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Restinga, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2005** (nº 1.102/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede Elo de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Várzea Alegre, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 144, de 2005** (nº 1.371/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Horizontes para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Artur Nogueira, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 2005** (nº 1.382/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Transamérica de São Paulo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2005** (nº 1.405/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Ambientalista de Marilândia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marilândia, Estado do Espírito Santo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2005** (nº 1.414/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Tiradentes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Parintins, Estado do Amazonas;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 205, de 2005** (nº 1.420/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Divulgação Comunitária de Júlio de Castilhos a executar serviço de radiodifusão comunitária

na cidade de Júlio de Castilhos, Estado do Rio Grande do Sul;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 207, de 2005** (nº 1.430/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Acoli – Associação Comunitária do Município de Lidianópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lidianópolis, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2005** (nº 1.432/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Pedro II a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro II, Estado do Piauí;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2005** (nº 1.433/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Nova Olímpia – Adecur a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olímpia, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2005** (nº 1.434/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação do Movimento de Desenvolvimento Social e Radiocomunicação da Cidade de São Pedro do Butiá – Amor Butiá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro do Butiá, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 216, de 2005** (nº 1.449/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pompéia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pompéia, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2005** (nº 1.451/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Shalon a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cassilândia, Estado do Mato Grosso do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2005** (nº 1.462/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Nova Canaã Diácono Bruno Oliveira – ACNCDBO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Canaã, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2005** (nº 1.466/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Sapucaia a

executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapucaia, Estado do Pará;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2005** (nº 1.468/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Santo Antônio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Couto Magalhães, Estado do Tocantins;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2005** (nº 1.472/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Squadron FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conceição do Jacuípe, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 233, de 2005** (nº 1.499/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Bastos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bastos, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 234, de 2005** (nº 1.532/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Independência FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piacatu, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 235, de 2005** (nº 1.539/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipueiras, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 2005** (nº 1.452/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária “São Francisco” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alcântaras, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 254 de 2005** (nº 1.484/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Capimense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Domingos do Capim, Estado do Pará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 2005** (nº 1.544/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores de Nova Rosalândia – TO – (AMNR) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Rosalândia, Estado do Tocantins;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 273, de 2005** (nº 1.508/2004, na Câmara dos Deputados), que

aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação de Rio Maria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Maria, Estado do Pará;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2005** (nº 2.359/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação de Telecomunicações do Pará – Funtelpa para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Belém, Estado do Pará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2005** (nº 1.578/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Assistencial Educacional e Cultural de Petrolina – Faepe a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2005** (nº 998/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação (Rádio Comunitária Muaná FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muaná, Estado do Pará; e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 2005** (nº 1.406/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Gurupatuba FM de Monte Alegre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Alegre, Estado do Pará.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Infelizmente, parece que tem vindo de fora para dentro também certo choque de realidade para o País. Depois da derrota do candidato brasileiro, o Embaixador Seixas Corrêa, para a Diretoria-Geral da OMC, Organização Mundial do Comércio, vem outra, desta vez sem termos o voto do Uruguai, o que prova que agimos taticamente de maneira equivocada naquele primeiro caso. O Brasil acaba de perder para a Colômbia a indicação do excelente e brilhante economista João Sayad, ex-Ministro de Estado e ex-Secretário de Finanças da Prefeitura de São Paulo, na gestão Marta Suplicy.

São dois choques de realidade numa política externa que, a meu ver, com toda serenidade, precisa ser rediscutida – e aí crescerá e avultará o papel da Comissão de Relações Exteriores, no Senado, no di-

álogo, que espero proveitoso e profícuo, com o Ministério das Relações Exteriores, para avaliarmos muito bem por que estaria acontecendo isso e que rumos seriam os melhores para a política externa de um País de peso, pelo menos médio, no cenário internacional, que é o Brasil.

Solidarizo-me com o Dr. João Sayad e digo que perde o BID grande oportunidade de ter um excelente homem público, do melhor nível, a dirigir-lo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora Ideli Salvatti, para uma comunicação inadiável.

V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos.

Em seguida, o Senador Valdir Raupp.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, temos, já não diria todos os dias, mas todas as horas, muitas novidades. Não só fatos, mas também posicionamentos. Então, é bom ficarmos acompanhando atentamente toda a evolução dos fatos, das opiniões e das posições.

Mas o que me traz à tribuna hoje são algumas questões, entre elas a revelação de uma pesquisa que está na **Folha de S. Paulo**, do Datafolha, de que metade dos brasileiros não consegue citar nome de político honesto. Portanto, estamos todos muito em baixa de maneira geral, porque, se metade da população não consegue identificar honestidade na atividade que exercemos, penso que é uma preocupação generalizada para todos nós.

Mas, quando a população é instada a fazê-lo, mesmo metade não conseguindo citar nenhum nome, os que conseguem citar um nome colocam exatamente o Presidente Lula como o primeiro colocado.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Quantos por cento?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Dezenove por cento lembram do Presidente Lula como uma pessoa honesta. E é interessante que o segundo mais citado fica nove pontos percentuais atrás. Então, o Presidente Lula com dezenove, e o segundo citado com apenas dez por cento.

É importante trazer esses dados pela preocupação que traz a todos nós, porque metade não consegue identificar ninguém, nenhum político honesto, até porque houve alguns decibéis nos debates políticos nos últimos dias a respeito de honestidade etc. E é muito importante lembrar como a população está enxergando a todos nós, os fatos, as situações que estamos vivenciando.

A outra questão que considero de fundamental importância trazer é que estamos exatamente sendo avaliados pela população em relação ao critério de

honestidade e envolvimento com as investigações em andamento no Congresso Nacional, nas várias CPIs em funcionamento, algumas em verdadeira ebulição. Todos nós temos que dar uma demonstração inequívoca da nossa responsabilidade com os fatos, com aquilo que está sendo apresentado e trazido pela imprensa todos os dias – ou melhor, a toda hora –, e do nosso envolvimento e da nossa preocupação. Afinal, é assim que a população estará nos apreciando e nos avaliando, durante esse processo, em relação a nossa atuação e ao nosso empenho nas investigações.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, trago, ainda, alguns ingredientes que considero importantes. Primeiro: corrupção não tem data de vencimento. Corrupção, quando ocorre, deixa mácula, deixa digitais, deixa o episódio que, se não foi investigado, apurado e punido no tempo adequado, quando volta à baila –isso foi citado aqui ontem – não prescreve, como o iogurte, que tem data de validade, que não pode ser consumido quando passa o prazo. Ou seja, não existe o “não investigue mais porque é assunto de antigamente”. Acho que corrupção não tem data de validade nem data de vencimento. Ou seja, episódios – volto a dizer – existem muitos, vários que, infelizmente, não foram investigados, apurados, nem os culpados punidos.

Quero dizer que também que em corrupção não tem essa história de foco, de dizer “vamos focar só a corrupção daqui, deste episódio”, como dito em vários jornais. Não quero personalizar, mas dizer que é preciso investigar sem mudar o foco só porque apareceram outras questões, outros episódios semelhantes, creio que – temos que ter bastante clareza disto – não é por aí.

O outro ponto se refere a não se fazer blindagem. Gostaria de deixar muito claro, porque, como estamos *on-line* – pelo visto a TV Senado e a TV Câmara acompanham os nossos trabalhos no Congresso Nacional pior do que em final de Copa do mundo –, quem tentar fazer blindagem realmente terá muita dificuldade depois para se expressar.

Existe algo que volto à tribuna para ressaltar de forma inequívoca: o compromisso com a investigação, com a apuração dos fatos, com a punição de todos os atos de corrupção, sem fazer blindagem, sem essa lógica de não mudar o foco. Nós conquistamos, neste País, instituições democráticas, uma Constituição e uma legislação que estão em vigor, e que ninguém tenha a tentação de se contrapor a elas ou querer fazer subterfúgios para trilhar caminhos tortuosos para qualquer coisa.

Luiz Inácio Lula da Silva, dos políticos honestos, é o mais citado. Foi eleito por 53 milhões de brasileiros,

conquistou um mandato de quatro anos e vai cumprir o mandato de quatro anos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Será reeleito ou não, pela Constituição e, volto a dizer, pelo povo nas urnas. Se ele entender que deve se candidatar à reeleição, será o povo brasileiro que lhe concederá ou não um novo mandato.

E não cabe a ninguém dizer aqui que respeitaremos a decisão do povo se o reeleger, até porque não há outra alternativa. Não há outra alternativa a não ser respeitar aquilo que o povo decide nas urnas. Nenhum outro caminho que não seja o respeito à decisão do povo nas urnas cabe mais neste País. Não cabe mais. Nós já superamos isso.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – É possível conceder um aparte, Senadora?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Acho que não, porque estou com o meu tempo esgotado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP. Fazendo soar a campainha.) – Eu já proroguei seu tempo por dois minutos e gostaria que V. Ex^a concluísse.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas dois Senadores me pedem aparte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eles terão oportunidade de falar. V. Ex^a está falando para uma comunicação inadiável.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador César Borges, estou falando para uma comunicação inadiável. Até poderia retomar o assunto depois. Só quero afirmar, porque tenho...

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex^a não gosta do debate. É bem verdade isso.

SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Se V. Ex^a fizer questão de conceder apartes, posso conceder mais um minuto, desde que sejam rápidos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Concedo o aparte ao Senador César Borges e ao Senador Sibá Machado, rapidamente, para eu poder concluir e não dizerem que eu estou fugindo do debate.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Primeiro, quem não respeitava o resultados das urnas era o Partido de V. Ex^a, que pregava “Fora FHC”. Nós não pregamos isso. Nós fazemos uma oposição democrática. Segundo, para o Presidente da República, que está na mídia todos os dias, só ter 19% da população brasileira que o aponta como honesto – ou seja, 81% acham que ele é desonesto – é realmente estarrecedor. Eram apenas essas observações, dizendo que V. Ex^a tem melhorado muito, tem saído daquela posição de querer blindar as pessoas. Continue nessa linha que V. Ex^a vai bem. Muito obrigado pelo aparte, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador César Borges, em primeiro lugar, a teoria de “Fora FHC” foi muito debatida dentro do PT e não foi tese vencedora nas instâncias do Partido. Parcela de militantes do PT levou essa bandeira, à revelia das decisões majoritárias do Partido.

Em segundo lugar, a pesquisa Datafolha não diz que 19% considera o Presidente Lula honesto e que 81% o consideram desonesto. Não! Senador César Borges, a pesquisa Datafolha diz que metade dos brasileiros não apresenta nenhum político honesto. Portanto, isso é grave para todos nós. Dos que lembraram algum político honesto, 19% citaram o Presidente Lula.

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E o segundo nome citado tem 9% a menos ainda que o Presidente Lula.

Então, para que não paire nenhuma dúvida, não quero trazer ao debate meramente a questão da honestidade, mas o debate do respeito às instituições, ao direito do povo, porque é dele que emana o poder. Em nossa Constituição, está colocado que é do povo que emana o poder. Portanto, se o povo elegeu o Presidente Lula por quatro anos, este mandato dado pelo povo será respeitado. E, se o povo der o direito ao Presidente Lula de reeleição, tem de ser respeitado.

Outros caminhos, quaisquer que sejam, são caminhos que este País não voltará a trilhar, porque nos custou muito reconstruir a democracia, Senador Romeu Tuma, foi muito dolorosa e muito difícil a reconstrução. Talvez haja pessoas que sintam saudades. Eu não tenho e a ampla maioria da população não tem e quer respeitar a democracia e o direito de o povo votar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra, como inscrito, por dez minutos, ao Senador Valdir Raupp.

Em seguida, falará o Senador Marco Maciel.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a se importa de ficar no lugar da Senadora Serys Slhessarenko?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pois não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Como o debate está muito bom, salutar, quero saber se V. Ex^a pode me inscrever para uma comunicações inadiável ou como Líder do Bloco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a será o próximo a falar para uma comunicação inadiável.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, pela ordem, antes do Senador Valdir Raupp, com a licença de S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pois não.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero apenas secundar as palavras do Senador Arthur Virgílio quanto ao Ministro João Sayad. Em verdade, trata-se do melhor nome que poderia ter sido apreciado naquele conclave e, lastimavelmente, não foi aceito.

Estou no convencimento de que os países que derrotaram o nome do Dr. João Sayad – e o fizeram com toda liberdade e soberania – cometeram um grave erro. João Sayad não é apenas um técnico de grande valor, mas, sobretudo, um homem público de grande experiência, que teria uma contribuição significativa a dar a toda a América Latina com sua presença na Presidência do BID.

Lamento, portanto, muito que a América Latina tenha perdido a contribuição de um homem de tamanha competência.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pela ordem, Senador, lembrando que há um orador na tribuna, peço que sejam bastante rápidos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, V. Ex^a disse que a Senadora Serys Slhessa-renko estaria inscrita para falar após?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Deixe-me explicar. Cedi o meu lugar a S. Ex^a, que trocou com o Senador Eduardo Suplicy. Então, estou cedendo o meu lugar ao Senador Marco Maciel e V. Ex^a fala no lugar da Senadora Serys Slhessarenko, ou seja, do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Certo. Depois de quantas pessoas?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Depois do Senador Eduardo Suplicy é V. Ex^a.

Deixe-me contar, desculpe-me, Senador!

Senador Marco Maciel, no meu lugar; Senador Luiz Otávio, ausente; Senador João Batista Motta, ausente; Senador Antonio Carlos Magalhães, que já falou. Senadores Eduardo Suplicy, Leonel Pavan e Arthur Virgílio.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Então, está claro.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp por dez minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nosso País, desgraçadamente, já se acostumou a figurar no topo da lista das nações mais desiguais do mundo. Parece que já perdemos a capacidade de nos chocar com a brutal concentração de renda e com as gritantes disparidades sociais que assolam a maior Nação latino-americana.

Talvez, o que os nobres Senadores aqui falaram, sobre um candidato brasileiro a uma vaga na Organização Mundial do Comércio, que não conseguimos emplacar, tenha sido em função de um pouco de inveja que as outras nações sul-americanas têm do nosso País, do nosso querido Brasil, pelo tamanho, pela pujança do Brasil.

Somos detentores da décima quarta maior economia do mundo. Possuímos enormes extensões de terras produtivas, condições climáticas extremamente favoráveis e um forte sentimento nacional que nos une e fortalece. Todavia, a despeito de tudo isso, ainda estamos longe de minimamente amortizar a imensa dívida social que contraímos com os excluídos e miseráveis deste País.

Basta de falatórios bonitos, relatórios coloridos e retórica vazia! O que precisamos realmente para acabar com o fosso de desigualdade que existe em nosso País é de um planejamento sério e da formatação de políticas públicas que transformem em prioridade nº 1 a busca pela justiça social.

E devemos começar, Sr. Presidente, pela política tributária que praticamos; ou melhor, pela política arrecadatória, que é verdadeiramente o que os governos praticavam e ainda praticam. A fúria desenfreada e ensandecida de arrecadação por parte do Estado brasileiro acaba por deixar em segundo plano a justiça tributária. Isso sem falar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na taxa de juros, que já foi mencionada aqui hoje: 19,75%. Ninguém agüenta! Talvez seja até por isso que muitas empresas ajam pelas vias ilegais da sonegação, porque não agüentam o pagamento dos juros. Creio que este País não suporta mais essa taxa de juros. Talvez se estivesse hoje a 12%, isso seria de bom tamanho, embora ainda fosse uma alta taxa, mas talvez as empresas brasileiras e o nosso povo estivessem em melhores condições. Hoje, os impostos são mais de 40%, como disse V. Ex^a, e a taxa de juros, mais de 19,75%. É muito pesado para que as nossas empresas, para que o nosso comércio possa sobreviver. O que não dizer do cidadão comum, que precisa recorrer ao banco muitas vezes?

No Brasil, Sr^{as} e Srs. Senadores, segundo dados do Instituto Brasileiro de Política Tributária (IBPT), 49%

da arrecadação vem de tributos indiretos, que incidem sobre os bens e serviços, agravando o consumo. Para se ter uma idéia, nos Estados Unidos da América, a mesma categoria de tributos responde por cerca de 16% do total e, no Japão, essa cifra é de apenas 11%.

Ainda segundo o IBPT, 76% da arrecadação brasileira provém de tributação que recai sobre os salários e o consumo. Ora, não é difícil compreender que tal situação prejudica gravemente as famílias dos estratos inferiores de renda, que gastam praticamente tudo o que recebem em bens de consumo. Ademais, na incidência dos tributos indiretos, não há progressividade em grau adequado ou proteção ao economicamente desfavorecido.

Sr. Presidente, o fato é que quem trabalha e produz neste País é duramente atingido pela gula arrecadatória do Governo, mas quem especula e vive do mercado financeiro é agraciado com as benesses de um paraíso fiscal.

Segundo especialistas em tributação, tal opção se deve a uma postura comodista por parte do Estado. Realmente, é muito mais fácil, do ponto de vista da arrecadação e dos mecanismos de fiscalização, agravar o consumo e o salário do que o capital. Este, pelo seu caráter arredo e volátil, mostra-se extremamente escorregadio ao controle fiscal.

Essa distorção também é apontada por estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Nele, verificou-se que a carga dos tributos diretos que incidem sobre as famílias com rendimento **per capita** superior a R\$2.700,00 mil, cujos recursos vêm predominantemente da venda de ativos e das aplicações de capital, representa apenas 5%. Por outro lado, nas famílias de assalariados com rendimento **per capita** de R\$129,00, esse número passa de 6%.

Não dá mais para suportar tal desproporção, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Torna-se urgente reformularmos, por completo, a maneira como tributamos o trabalho produtivo no Brasil, que hoje onera o consumo e “alivia” o capital especulativo.

Além disso, Sr^{as} e Srs. Senadores, precisamos combater, com rigor e determinação inabaláveis, a corrupção e a sonegação em nosso País, essas verdadeiras chagas que, desgraçadamente, sangram tantos bilhões de reais em recursos públicos.

De forma alguma podemos transigir com a sonegação ou com qualquer forma de corrupção. É dever indelegável do Estado combatê-las implacavelmente, porém sempre dentro dos limites e de acordo com os princípios democráticos do Estado de Direito.

Vimos, recentemente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, operações realizadas pela Polícia e pela Receita Federal contra grandes empresários suspei-

tos de sonegação, operações que suscitariam grande polêmica. Muitos viram, ali, espalhafato e pirotecnia não condizentes com a sobriedade e a cautela que a situação exigia.

Honestamente, Sr. Presidente, entendemos que, de fato, o espetáculo e os holofotes são totalmente dispensáveis, no sentido de se preservar as garantias constitucionais de proteção e inviolabilidade à imagem do suspeito. Porém, consideramos imprescindível que o combate a esse tipo de delito e de delinquentes continue e se aprofunde cada vez mais. Afinal, sem revanchismo, voluntarismo ou demagogia barata, precisamos passar este País a limpo.

Creio que é chegada a hora de passarmos o País a limpo. Temos hoje uma grande oportunidade para isso, e há um dito popular muito antigo que diz que “há mal que vem pra bem”. Acredito, sinceramente, que esse é um mal – um mal grande –, mas que talvez tenha vindo para o bem deste País, para que se tenha a oportunidade de passar o País a limpo neste momento.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a mensagem que aqui quero deixar é a de esperança em um futuro melhor para o Brasil e para os brasileiros. Esperança de que um dia consigamos quitar a nossa imensa dívida social e diminuir a concentração de renda ora existente; esperança de que possamos ter um sistema tributário mais justo e mais eficiente; esperança de que a corrupção e a sonegação não sejam mais regras, mas exceções duramente punidas; e, sobretudo, esperança de que tais palavras, finalmente, saiam do papel para orientar ações e políticas públicas, a fim de que sejam concretizadas para o bem da nossa Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex^a, por ter cumprido o tempo.

A Presidência do Senado comunica que a sessão não deliberativa de amanhã será realizada às dez horas.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, por permuta com o Senador Romeu Tuma, por dez minutos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, na tarde de hoje, para fazer um registro sobre a aprovação, ocorrida no dia 13 deste mês, de emenda constitucional do Parlamento chileno que, a meu ver, tem um grande e forte simbolismo, pois representa a conclusão do processo de transição para o Estado democrático de direito por que passa a marcar a vida da República do Chile.

Essa emenda constitucional, que será promulgada em 16 de agosto de 2005, tem, como disse, um

grande simbolismo, além de preceitos importantes, posto que deixa evidente que o Chile passa a viver uma democracia sem adjetivos, isto é, na sua plena e ampla aceção.

Como sabe V. Ex^a, Sr. Presidente, o processo de transição para a democracia do Chile foi diferente do percorrido pelo Brasil. Aqui, iniciamos o processo de transição investindo na abertura institucional, que não foi curta mas muito longa, e conseguimos concluí-la com a Constituição de 1988. É lógico que muito concorreu para a abertura política no Brasil a aprovação da Emenda Constitucional nº 11, de 1978. Então, a partir de 1978 o Brasil reingressou no Estado de direito e, com a Constituição de 1988, passamos a viver no Estado de direito democrático.

No Chile tal não ocorreu. Lá, a transição se deu primeiro no plano da economia. Logo foram adotadas medidas voltadas para a estabilidade econômica, de combate à inflação, criar uma legislação que assegurasse a certeza para os investidores e não foi por outra razão que conseguiu – e talvez seja o único país da América do Sul que o obteve – o chamado *investment grade*, ou seja, o nível A de investimento. Isso explica por que o Chile progrediu tanto nos últimos anos sob o ponto de vista econômico, de inclusive ter um acordo comercial com os Estados Unidos, possuir um vínculo também com o Mercosul e ser um de seus membros associados.

De alguma maneira, o processo chileno foi diferente do brasileiro e, se eu quisesse compará-lo com o de outros países, eu diria que o projeto andino foi semelhante ao que está acontecendo – perdoem-me a comparação e talvez possa parecer estranha –, na China. A China partiu para, primeiro, abrir a sua economia, mas mantendo a questão democrática e, em segundo plano, daí por que se diz que naquele país há um regime fechado, convivendo com dois sistemas econômicos, o capitalista e o socialista.

O Chile, obviamente, não conheceu algo sequer próximo do modelo chinês, mas é fato de que houve uma preocupação, primeiramente, com a abertura econômica, que foi extremamente exitosa.

No Brasil, somente começamos a buscar na abertura econômica depois da Carta de 1988 e conseguimos, finalmente, em 1994, dar um grande passo com a aprovação do Plano Real, permitindo que, ao lado da estabilidade política, passássemos a gozar também da estabilidade econômica.

O Plano Real, podemos dizer, porque já transcorreram 11 anos do seu lançamento, é a mais bem sucedida experiência de estabilidade econômica que conheceu o País. O Plano Real, tenho insistido nisso, representou mais do que a introdução de uma nova

moeda; representou, também, a adoção de uma série de medidas que nos livraram da inflação e garantiram-nos uma maior higidez, uma melhor saúde da nossa economia. Ele foi sucedido por uma série de leis extremamente importantes: ligadas à privatização, que impulsionaram em muito a economia, trazendo investimentos do exterior para o nosso País; relacionadas ao controle dos gastos dos entes federativos, sobretudo Estados e Municípios, de que é testemunho a Lei de Responsabilidade Fiscal; e o aparecimento das agências reguladoras, que se voltam para dar estabilidade ao processo econômico e ampliar a certeza jurídica do investidor. As agências são entes do Estado e não órgãos do Governo, e sabemos que o Estado permanece e o Governo passa.

Tudo isso fez com que o Brasil desse um salto qualitativo muito importante no campo da estabilidade política, que, conjugada com a estabilidade econômica, assegurasse melhores condições para o nosso povo e, também, por que não destacar, com repercussões no exterior. Hoje, o Brasil é percebido lá fora, graças à estabilidade econômica e à estabilidade política, de forma privilegiada, de forma mais positiva.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Ouço com prazer V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, quero apenas observar que estudo e já li livros sobre o Presidente Lagos, do Chile. Ele foi, como V. Ex^a, Ministro da Educação. Isso tudo é conversa do Duda Mendonça. Nós estamos muito atrasados. Antes, no Chile, eram obrigatórios oito anos de ensino. Ele aumentou esse tempo para 12 anos – V. Ex^a, que foi Ministro da Educação, veja a falácia. Assim, a valorização do Chile foi sobretudo pela educação e pela cultura. Vou dar um exemplo a V. Ex^a: Fernando Henrique Cardoso, aquele que estava bonitão ontem, aparecendo na televisão, fez um curso em São Paulo, mas sua formação foi no Chile – Cepal. Ele passou sete anos, assim como sua mulher, que era bolsista, numa boa, estudando. Seis anos são a duração de um curso de Medicina. Depois, sabido, ele foi para Paris e para os Estados Unidos, mas a sua grande formação cultural foi feita na Cepal. Então, o Chile agora tem outra lei, Senador Marco Maciel. Todo chileno tem de saber duas línguas. E o mais bonito que achei lá não foi o vinho, que é bom, e as chilenas, que são bonitas. O mais bonito é o povo. Romeu Tuma, a gente na rua ouve todo mundo dizer: a polícia daqui não é corrupta. Não podemos dizer isso do nosso Brasil.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Mão Santa, só quero dizer a V. Ex^a que, em parte,

o êxito do Chile se deve a uma continuidade política que houve, porque lá as lideranças políticas dos diferentes partidos fizeram o chamado “pacto de concertação”, que permitiu fazer com que, independentemente do partido que esteja governando o Chile, regras básicas no plano democrático e no plano econômico sejam observadas. Isso começou com o Presidente Patricio Aldin; depois, prosseguiu com Eduardo Frei, filho do ex-presidente, também de mesmo nome e agora, como lembrou V. Ex^a, com Ricardo Lagos. Eram mandatos de seis anos e se permitiu que, da década de 1980 aos nossos dias, houvesse uma certa continuidade no plano político e no plano econômico.

Desejo, Sr. Presidente, agora, para não me alongar em consideração, fazer algumas observações das medidas aprovadas no Chile, que concluirão o processo de sua transição para a democracia.

A duração do mandato presidencial diminui de seis para quatro anos, sem reeleição imediata. O Presidente da República prestará à Nação conta anual do exercício do seu mandato, perante o Congresso Nacional, no dia 21 de maio. É restituída ao Presidente da República a faculdade de remover os comandantes em chefe das Forças Armadas, como o Diretor Geral dos Carabineiros (polícia nacional, mediante decreto, informando ao Senado da República. O Presidente da República poderá decretar Estados de Assembléia (casos de guerra exterior) ou de Sítio (casos de guerra interna) com o acordo do Congresso Nacional, no prazo de cinco dias. Cumprido esse prazo sem pronunciamiento do Congresso Nacional, entender-se-á aprovada a declaração do Presidente.

Com relação do Poder Legislativo, foram extintos os senadores designados e vitalício (a partir de 11 de março de 2006), ficando o Senado da República composto por 38 senadores. A Câmara dos Deputados poderá criar comissões parlamentares de inquérito a requerimento de 40 dos seus integrantes. As comissões de inquérito poderão convocar ministros de Estado, funcionários públicos ou de empresas estatais, com obrigação de comparecerem.

À Corte Suprema corresponderá a superintendência diretiva correcional e econômica dos tribunais militares em tempos de guerra. O Ministério Público lá chamado Fiscalia Nacional, como ocorre na Espanha e na Itália, recebeu novo tratamento. Para remoção de Fiscal Nacional, cuja idade limite é 75 anos, necessita o voto da maioria dos integrantes da Corte Suprema. Serão chilenos os filhos de pai ou mãe chilenos nascidos em território estrangeiro.

O Tribunal Constitucional é aumentado para 10 ministros, sendo 3 de nomeação do Presidente da República, 2 pelo Senado, 2 pela Câmara dos Deputados

e três nomeados pela Corte Suprema de Justiça, com mandatos de nove anos. O Controlador Geral da República tem função por 8 anos e idade máxima de 75 anos. O Conselho de Segurança Nacional será apenas um órgão assessor do Presidente da República.

Como eu disse, essa reforma constitucional deverá ser votada em último trâmite pelo Plenário do Congresso chileno, no dia 16 de agosto de 2005. Com isso, o Chile terá concluído o seu processo de transição para a democracia. E não podemos deixar de aproveitar esta ocasião para cumprimentar o Governo e povo chilenos pelo progresso alcançado e dizer que realmente isso dará ao Continente sul-americano outro bom exemplo, porque, na América do Sul, ainda padecemos de instituições não consolidadas em muitos países, e o Chile, a exemplo do que ocorre no Brasil, certamente poderá fazer com que se crie cada vez mais uma cultura democrática na região e se criem condições para constituir instituições cada vez mais robustas.

Enfim, momentos como os que vive o Chile são, portanto, momentos positivos e comprovam também que as crises têm um sentido docente, as crises ensinam e não representam, como disse certa feita Gilberto Melo Kujawski, decadência; pelo contrário, podem ser momentos de reflexão e, conseqüentemente, de enriquecimento cívico do povo e de fortalecimento das instituições.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Marco Maciel, pergunto: como já prorroguei por cinco minutos, mais dois minutos são suficientes?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, ao concluir, eu gostaria de voltar a chamar a atenção para a necessidade de continuarmos investindo na estabilidade institucional. As instituições políticas sofrem, aliás, no mundo todo, críticas generalizadas. As próprias práticas políticas são vistas como insuficientes para superar os desafios do presente e ineficazes para afrontar os problemas do futuro. Não estou aludindo somente aos instrumentos tradicionais e seculares de representação, ao princípio de separação de poderes ou a modelos em confronto com a estruturação do poder, como o presidencialismo, o parlamentarismo ou modelos mistos, como é o caso, por exemplo, do semi-presidencialismo, praticado de forma mais visível na França e em Portugal – apenas para dar dois exemplos. Refiro-me também às demais instituições do Estado, como o Judiciário, tido em quase todo o mundo como adequado para cumprir a função jurisdicional necessária, mas incapaz de promover a justiça que a sociedade reclama. Em outras palavras, é a própria legitimidade democrática que está em cau-

sa. Não são apenas as instituições políticas que estão em crise, mas, igualmente, as instituições econômicas também – é importante lembrar.

Nunca houve tanta prosperidade mundial, mas, em compensação, nunca houve tanta incerteza com relação ao futuro, pois a pobreza continua a crescer e a desigualdade entre as nações e as desigualdades intranacionais também crescem, ampliando o fosso entre ricos e pobres. Na escala social, esse ambiente se revela em questões como solidariedade e coesão, desenvolvimento, exclusão, proteção de minorias, equilíbrio ecológico, migração, saúde, educação, moradia e alimentação.

Há, como certa feita afirmou Gilberto Amado, uma distonia entre as instituições políticas e o meio social. Além disso, existe uma incontestável distonia também entre o diagnóstico plausível e as soluções possíveis. Essas crises exigem de nós, políticos especialmente, algo além de imaginação e ousadia. Exigem, em última análise, a capacidade de inovarmos as bases éticas das instituições sob as quais vivemos, para ajustá-las às experiências e às esperanças da sociedade. Tal nos leva a concluir que estamos sendo mais atentos aos diagnósticos do que ao prognóstico.

Considero, por fim, Sr. Presidente, que a legitimidade do poder contemporâneo não se esgota na sua investidura, mas decorre, também e sobretudo, do seu exercício. A legalidade da origem de todo poder político é apenas aspecto formal da sua juridicidade. O aspecto institucional de seu desempenho está cada vez mais condicionado ao seu exercício, ou seja, se quisermos dizer de forma mais direta, o poder será tão mais legítimo quanto mais seu desempenho corresponder, ao que os especialistas chamam de imagem social do poder, isto é, corresponder à expectativa que dele tenha o conjunto dos cidadãos.

Isso implica, portanto, Sr. Presidente, mudança nos fundamentos da política e, do mesmo modo, pode ser aplicado às bases da economia.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, por dez minutos, por permuta com a Senadora Serys Slhessarenko.

Em seguida, falarão os Senadores Leonel Pavan e Arthur Virgílio.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de fazer o registro do requerimento que estou encaminhando, juntamente com o Deputado Fernando Gabeira, à Comissão de Relações Exterio-

res do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, nos termos do Regimentos Internos das duas Casas, para que o Ministro Celso Amorim, em reunião conjunta das Comissões, preste esclarecimentos sobre as providências que o Governo está implementando junto ao Reino Unido, visando a solucionar o episódio relativo à morte do brasileiro Jean Charles de Menezes, e sobre as medidas que o Ministério das Relações Exteriores vem adotando em defesa dos brasileiros residentes ou em trânsito no exterior; também para que, na mesma oportunidade, S. Ex^a explique o estágio atual das negociações para a libertação do engenheiro brasileiro José Carlos de Vasconcelos Júnior, seqüestrado no Iraque.

A família do engenheiro tem procurado o Presidente Lula para que Sua Excelência próprio se empenhe em obter informações sobre se está vivo, se está de fato sob controle dos rebeldes no Iraque.

Pela experiência, pelos fatos que têm ocorrido nos últimos anos, quando Chefes de Estado – como o Presidente Chirac, da França, o Presidente Berlusconi, da Itália, e os Chefes de Estado do Japão e da Austrália – empenharam-se pessoalmente, houve a possibilidade de libertação de cidadãos daqueles países e de sua volta ao seio da família.

Jean Charles de Menezes, um inocente brasileiro de 27 anos, que nada tinha que ver com os atentados terroristas, infelizmente foi morto no metrô de Londres com sete tiros desferidos contra sua cabeça. Ele, que estava em situação normal e regular na Inglaterra e que não tinha cometido qualquer delito de natureza grave, foi simplesmente perseguido pela polícia do metrô de Londres e acabou sendo morto. O corpo de Jean Charles de Menezes está vindo de Londres para o Brasil e deverá chegar amanhã a Minas Gerais, à sua cidade, Gonzaga, onde toda a população o receberá.

Renovo a palavra de solidariedade à sua família. Avalio que será muito importante que as Comissões de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ouçam o Ministro Celso Amorim a respeito das providências relativas a ambos os casos: de José Chaves de Menezes e de João José Vasconcelos Júnior.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan por dez minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho percorrido o meu Estado, Santa Catarina, e mantido conversas com os catarinenses justamente sobre os trabalhos dos Senadores, do Congresso Nacional. Dizia e digo

seguidamente, até por telefone, que estamos no período de julho, no recesso, trabalhando sem aquela remuneração extraordinária. E o fazemos, porque é o nosso compromisso, a nossa missão.

Toda a conversa se relaciona à questão do mensalão, de todas essas falcaturas que estão ocorrendo com o atual Governo Federal. Muitos me questionam: e o PSDB? Por que ocorreu isso em 1998? Por que ocorreu isso em 1997? E respondo: aquilo que empresas financiaram em campanhas passadas é até uma questão que pode ser discutida. Mas o que estamos discutindo hoje não é o que ocorreu em financiamento de campanha do Estado A ou B; do PT ou do PSDB ou do PFL ou do PMDB. Estamos discutindo hoje as minúcias de roubos dos cofres públicos; os contratos milionários que ocorreram recentemente com os Correios; os contratos milionários, sobre os quais se coloca um ponto de interrogação enorme – se lícitos ou ilícitos –, com o IRB – Instituto de Resseguros do Brasil; os contratos dessa grande entidade pública do nosso País, que é o Banco do Brasil, cujos funcionários merecem nosso respeito e reconhecimento. Estamos discutindo se esses contratos eram legais ou ilegais.

Os temas de discussão são a Petros, Instituto de Previdência da Petrobras, os contratos, as liberações de recursos, as denúncias de roubo que envolvem a Secom, Secretaria de Comunicação da Presidência da República, os benefícios a determinadas pessoas ligadas ao Governo. Hoje se discute se tudo isso serviu para cooptar, para comprar a consciência de Deputados, a fim de que votassem a favor dos projetos do Presidente Lula. É essa a discussão que estamos fazendo hoje, no Congresso Nacional.

Não se trata de buscar coisas eventuais, dúvidas, suspeitas do passado, mas de discutir o presente, que abala a moral deste Governo, que prometeu administrar com lisura, ética, seriedade, honestidade, transparência e exercer um governo democrático. Estamos discutindo o presente, o que está ocorrendo agora, à frente de nossos olhos, coisas palpáveis.

É bom dizer que tentam levar tudo para a mesma vala e confundir a opinião pública. Tentam trazer outros temas, para diminuir toda a corrupção e os desmandos que estão ocorrendo neste Governo. Não vamos fugir do debate, mas a sociedade não pode ser enganada. Não podemos misturar tudo isso, como se tudo fosse a mesma coisa. Tem-se de fiscalizar o que ocorreu no passado, tem-se de punir, se houve envolvimento ilícito, mas não vamos misturar isso com o que está acontecendo no presente, no momento e justamente com o governo do PT.

Até há poucos dias, meu querido Senador Mão Santa, nobre Presidente Romeu Tuma, uma pessoa

respeitada nesse Brasil, diziam que era golpe, que tudo que estavam falando era mentira, que não havia provas, que o PT não rouba e não deixa roubar. Vimos lágrimas de pessoas dizendo: “A direita quer destruir o PT; a Oposição quer impedir que se governe; a Oposição quer tirar proveito da situação”. Vimos as lágrimas de uma pessoa muito próxima do Presidente, que viaja e que viajou com o Presidente, que aconselhou e vem aconselhando há muitos anos o Presidente.

Ora, ouvimos as pessoas dizerem aqui: “Não vamos aceitar que o PT seja abatido por coisas que não faz e que nunca fez”. Hoje, estamos vendo os próprios integrantes do PT admitindo que o seu partido precisa resgatar a ética, a dignidade, a transparência, a honra. Os integrantes do PT estão pedindo a lavagem dessa sigla. Nem todos do PT; nem todos do PT! É claro que a grande maioria são pessoas trabalhadoras, honestas; mas os líderes, a elite do PT, a elite que o Lula fala, a elite está envolvida até o pescoço. Aqueles que estavam e ainda estão em volta do Presidente estão envolvidos conforme o que a imprensa já noticiou, conforme a CPI mostrou.

Vou dar um aparte com muita honra ao nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Leonel Pavan, estamos em 27 de julho. Deus fez a natureza, Camboriú, mas V. Ex^a foi o melhor administrador que houve lá – três vezes Prefeito. Eu sou testemunha. É um dos pólos turísticos mais importantes do Sul, porque no Norte é o litoral do Piauí, o Delta. Tenho 62 anos de idade, Senador Romeu Tuma, e nunca deixei de ir lá nessa época. Estamos aqui de vigília, de vigília porque nunca dantes, nunca jamais neste País houve tanta corrupção. Acompanhamos a história: as Capitânias Hereditárias, o Governo-Geral, a Monarquia, a República; vimos um Presidente da República ser levado ao suicídio, outros renunciarem, outros os canhões botaram para fora, outro o Plenário do Congresso botou para fora, mas nunca esteve tão podre a política do Brasil. Lembro-me de Shakespeare, quando, no seu livro, ele diz: “Há algo de podre no reino da Dinamarca. É melhor ser um mendigo em Nápoles do que rei da Dinamarca”. Que diria Shakespeare diante da podridão do Governo que está aí? Agora, digo a V. Ex^a que não perdi em vão meus banhos de mar no meu litoral do Piauí, onde V. Ex^a é convidado pelos prefeitos para dar curso de turismo. O exemplo, a luta e a vida de Romeu Tuma, que jamais pensou encontrar mais bandido nesse Congresso do que lá nos bairros pobres de São Paulo, nas favelas do Rio, na marginalidade que ele enfrentou tão bem quando Chefe da Polícia Federal. Então, serão afastados. Obedecemos, sobretudo, antes da Constituição, que está aqui, à lei

de Deus que diz: “Não roubarás”. Aprenda pelo menos isso, Presidente Lula.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Agradeço o aparte do Senador Mão Santa e o incorporo ao nosso pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Prorrogo o tempo de V. Ex^a por cinco minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Agradeço, nobre Senador Romeu Tuma.

Ouvi dias atrás um pronunciamento do Presidente. Sabe V. Ex^a que, quando ele se pronuncia, chego a pensar: “puxa, será que o Lula não sabia?” Mas se não sabia, o que ele estava fazendo? Viajando? Onde ele estava que não cuidou da própria casa nem de seus filhos, nem daqueles que o aconselham?

Ele dizia o seguinte: “Não existe homem mais honesto do que Lula”; e falava mais: que não existe ninguém, homem ou mulher, com maior biografia do que a dele para falar em ética. E, quando ele falou isso, fiquei pensando o seguinte: a Santa Madre Teresa de Calcutá, o Santo João Paulo II, se vivos, o que iriam dizer? Se não existe ninguém que possa dar aula ou que possa falar em ética ou que seja mais ético que Lula, o que vai dizer o novo Papa Bento XVI, se o Lula falou que não existe uma mulher nem um homem que possa falar em ética com ele? O que dizer o Nelson Mandela e milhares de brasileiros tão honestos quanto o Lula?!

O Lula deveria meditar um pouco. É ético prometer e não cumprir? É ser ético cobrar o dinheiro da Cide, aquele imposto do combustível que pagamos quando abastecemos nossos veículos, e não investir em rodovias? É ético o Presidente dar apenas 0,1% de aumento ao salário dos servidores públicos e não cumprir quando prometeu dobrar o salário mínimo?

Eu perguntaria ao Presidente se ele já andou pelas rodovias do nosso Brasil, já que ele lamentou que tinha vergonha de saber que, no passado, não se fez nada pelas rodovias do Brasil. Será que ele está percorrendo as rodovias do Brasil? Ele está terminando o seu mandato e as nossas rodovias estão deterioradas, estão acabadas, não se faz nada para investir.

Ora, é ético investir 0,6% em saneamento? Não cumprir com o Orçamento? Não atender o Orçamento do Congresso, dos Deputados e dos Senadores? É ético não atender os prefeitos das cidades do interior? É ético prometer um plano para acabar com a fome no Brasil, gastar dinheiro com mídia e não investir? É ético gastar milhares de recursos para gerar o primeiro emprego e só gerar um emprego na Bahia?

Ora, para falar em ética, Sr. Presidente, é preciso cumprir o que se prometeu.

Para finalizar, Sr. Presidente, leio trecho de um *e-mail* que recebi do Sr. Ilton Carlos Dellandréa, desembargador aposentado de Santa Catarina:

Por isto, de igual para igual, tenho, sim, coragem de lhe dizer que o senhor não tem o direito de subir num palanque e tentar impor-se como dono absoluto da ética, da honestidade e da moral. O senhor não é o único nem o último brasileiro honesto. A grande maioria está na mesma situação que o senhor e eu. Estamos no mesmo nível de igualdade. Por isto, ninguém, nem o senhor, têm autoridade de nos lançar advertências de palanque ou de nos desafiar promovendo-se às nossas custas. A grande diferença, Senhor Presidente, é que nem todos conseguiram juntar ao seu redor tantos homens que não detêm essas mesmas qualidades. Poucos presidentes deste país conseguiram se assessorar de tantos corruptos, de tantos desonestos, de tantos aéticos e amorais quanto o senhor conseguiu.

Esse é o *e-mail* que nos manda Ilton Carlos Dellandréa, desembargador aposentado de Santa Catarina.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O tempo já se esgotou e já o prorrogamos por duas vezes.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas quero lembrar lá da Inglaterra. Thatcher, a primeira dama, a Dama de Ferro, disse muito bem – Lula, aprenda – que quando uma senhora precisa dizer que é honesta, ela tinha dúvidas.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, quero finalizar. O Senador Arthur Virgílio não está presente ainda, está chegando, então, conceda-me mais um minuto.

Quero dizer ao PT e ao Presidente Lula que não vamos fazer o “Fora, Lula” porque Tarso Genro, o atual Presidente do PT, fez isso quando Fernando Henrique Cardoso era o Presidente da República. Torcemos muito pelo PT, torcemos muito para que essa CPMI levante os culpados, mas precisamos puni-los, e o Presidente poderia ajudar-nos. Já que defende tanto a ética e é um homem ético, ajude-nos a denunciar, a mostrar quem são realmente as pessoas que compravam votos de Parlamentares para votar em seus projetos, para que possamos punir essas pessoas. E espero que a reforma política venha para fechar totalmente as oportunidades, as janelas para esses abusados, para esses que infelizmente estão denegrindo a classe política e envergonhando a sociedade brasileira. Precisamos de justiça, e é o que queremos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado, Senador.

Senador Ney Suassuna, V. Ex^a tem a palavra, para uma comunicação urgente e inadiável, por cinco minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos em uma época de muita denúncia e temos visto o fenômeno político ocupar com voracidade todas as manchetes de jornal. Todos estamos vivendo essa paranóia. Vejo todos os meus companheiros permanentemente ligados à imprensa em tempo real e à televisão, dia e noite. E, quando os políticos se encontram, ouve-se: “O que há de novidade? O que aconteceu?” Estamos vivendo tempos difíceis no Brasil.

Já falei aqui algumas vezes da necessidade de se apurar o que for possível, mas também da necessidade de não se descuidar do dia-a-dia da Nação. E volto a insistir: prestem a atenção às estatísticas da nossa Casa, onde 90% dos discursos são de acusação. A Oposição não faz outra coisa senão denúncia, denúncia e denúncia. Não vejo mais a Oposição, como antigamente, fazer sugestões, trazer projetos. E, por incrível que pareça, os Senadores da base do Governo, também por causa dessa paranóia, ou se pronunciam buscando defender – e são poucos – ou até igualmente se curvam a um denunciismo.

Há poucos minutos, recebi uma leva de denúncias. Fico impressionado, porque, além de estar acontecendo com a Oposição e com a própria Bancada de apoio ao Governo, esse mal está se espalhando principalmente pela Internet. A cada dia recebo toneladas de denúncias, infundadas ou com algum fundamento, mas a verdade é que o País está vivendo uma era e uma política do denunciismo.

Não é isso que constrói um País. Estamos gastando energia demais. Imaginem o Senador Leonel Pavan, com toda essa energia, com todo esse vozeirão, com toda essa capacidade que S. Ex^a tem, falando aqui de projetos para Santa Catarina, fazendo denúncias também – o que é direito e dever da Oposição –, mas igualmente apresentando projetos e cobrando projetos e ações.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Líder Suassuna, V. Ex^a me permitiria um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não sei se a Presidência permitiria, porque só disponho de cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Nobre Senador, depois V. Ex^a terá a palavra. Permita que S. Ex^a conclua – a não ser que V. Ex^a faça questão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Então, peço aos meus companheiros, peço aos Congressis-

tas das duas Casas que continuemos com todo o denunciismo que seja necessário. Insisto: o PMDB quer toda a transparência e toda a investigação, mas precisamos também cuidar da outra parte, para o bem do Brasil. O Governo tem uma missão: tem que arregaçar as mangas e colocar este País para trabalhar – cobrar dos Ministros, dos Governadores, dos empresários. A Oposição tem que continuar na sua santa cruzada de denunciar, mas também não pode ser só isso; tem, além disso, que lutar por projetos.

Creio que a própria base do Governo está muito contaminada, e não é atacando a Oposição que conseguirá sucesso; tem que dar informações as necessárias, e quem for culpado que pague a culpa. No entanto, Sr. Presidente, não podemos continuar nesse clima, que está tirando a energia do Brasil. Temos tudo para darmos uma arrancada. Já fomos a oitava economia do mundo, caímos para a décima quinta colocação, voltamos para a décima quarta e poderíamos ser um País de primeiro mundo. Lamento muito o que estamos vivendo e lamento que também a nossa imprensa dê tanto espaço e tanto gás a todo esse denunciismo.

Era para isto que eu queria usar a tribuna, para lamentar esse **status quo** que estamos vivendo e dizer que temos de cuidar do futuro do nosso Brasil, trabalhando, e trabalhando muito, porque estamos gastando energia demais nessa infame fase de tanto denunciismo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, que dispõe de dez minutos, pela ordem de inscrição.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Recorro ao art. 14, porque fui citado pelo Senador Ney Suassuna, dizendo que não defendo projetos por Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a foi citado com simpatia.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem. Não é simpatia dizer que eu tinha que usar o mesmo vozeirão para defender os projetos de Santa Catarina. Quero dizer os projetos que defendo por Santa Catarina. Portanto, recorro a V. Ex^a, de acordo com o art. 14 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concederei a palavra a V. Ex^a, mas depois do pronunciamento do Senador Arthur Virgílio. V. Ex^a acabou de sair da tribuna e teve várias prorrogações. E creio que o Senador Arthur Virgílio já está há mais de duas

horas esperando. Está inscrito também o Senador Luiz Otávio.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Gostaria depois de ter o direito de responder em relação aos projetos por Santa Catarina, até porque não são poucos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Só pediria a V. Ex^a que esperasse os dois oradores citados.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Senador Leonel Pavan, V. Ex^a é, sobretudo, um grande representante de Santa Catarina – e isso deve ser ressaltado, a cada momento e a cada instante por todos aqueles que fazem, como se faz aqui no Senado, política de boa-fé.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, leio o meio decálogo de uma escada, a “escada da perdição”. Foi exatamente um petista, o vice-presidente do PT, Walter Pomar, quem desenvolveu a metáfora dos cinco degraus da perdição.

Ei-los:

- 1 – financiamento legal da campanha;
- 2 – caixa dois;
- 3 – parcerias público-privadas para bancar campanhas futuras;
- 4 – associação desse esquema com o crime organizado; Vimos isso claramente no episódio Waldomiro Diniz. Tem razão o Sr. Walter Pomar.
- 5 – colocar o dinheiro arrecadado no bolso. Vimos isso claramente no episódio Delúbio, no episódio Silvinho, tudo que está aí sendo exibido, com podridão, a partir das investigações da CPMI dita “dos Correios”, mas que na verdade investiga a corrupção no Governo Lula.

Essa metade de um decálogo ou a metáfora – como pretende o dirigente petista – está publicada no **Jornal do Brasil**. Segundo seu autor, o PT até hoje “só discutiu internamente as contradições do primeiro degrau (financiamento legal), como lutar contra o capital e mesmo assim aceitar contribuições do sistema financeiro nacional. Para ele, já passou da hora de o PT enfrentar o dilema dos outros degraus.

Seria o caso de indagar ao dirigente do quase extinto Partido: O PT subiu todos os degraus dessa escada?

Se subiu, deu um baita escorrego lá de cima, rolou e escrachou-se todo. *Finish!* Acho que não subiu os degraus, definitivamente, e desceu ladeira abaixo.

O Brasil, que Lula sonhou em transformar na República Petista, está, de fato, diante de duas hipóteses, sem mais nem menos.

Hipótese “a” ou hipótese “b”. Uma coisa já é certa: o Presidente Lula passará à História como o Governo do quadriênio perdido.

Quais são as duas hipóteses?

Primeira, Lula completará o mandato, como prevê a Constituição. Vai até 31 de dezembro do próximo ano. Esse, aliás, é o cenário com que procuram trabalhar as Oposições brasileiras.

Segunda hipótese, se ele vier a ser incriminado no curso das CPIs, o panorama muda. Torço, sinceramente, para que não vá por aí o rumo da realidade.

Desta tribuna, já fiz referência à sem-cerimônia com que o Presidente Lula disparou farpas contra setores das chamadas elites brasileiras, como se delas estivessem partindo movimentos para derrubar o seu Governo.

Tive de explicar ao nosso desavisado Presidente que nada disso existe. Pelo contrário, espero em Deus que ele chegue ao final de seu mandato, na hipótese desejável de as CPIs não o incriminarem no meio do caminho.

Restaria, então, ao País salvar pelo menos o ano final do mandato Lula, sem que se possa acreditar no milagre de o Presidente acertar o passo e começar finalmente a governar. Tudo se destrambelhou nesses quase três primeiros e perdidos anos do Governo Lula.

A Oposição atual, diferentemente daquela Oposição golpista e petista de antes, é responsável e dispõe-se a velar pela tranquilidade do País.

O dever primeiro do Governo seria pensar no País e não nos milhões de reais ou de dólares carregados para os cofres do PT.

Como aqui também há duas hipóteses, a que sugere ao Governo que governe e a que enlameia o País, a salvação de um ano do quadriênio perdido de Lula consistiria na votação da chamada *agenda mínima*.

Pena que já não possa ser *agenda máxima*. O Governo Lula jogou fora três anos, e o que resta fica mesmo para uma mínima agenda.

Indago ainda o que se pode esperar de um Presidente que diz ser desnecessário diploma para governar.

Que exemplo passa ele à juventude brasileira?

Ter diploma, Presidente Lula, não significa propriamente estar de posse do chamado canudo. Diploma, no caso, seria sinônimo de cultura, de preparo, de saber. O Presidente não tem nada disso. E não está em jogo ser formado ou não ser. Carlos Lacerda, o maior orador que este País já conheceu, não concluiu o curso de Direito. Nem por isso deixou de ser um dos

mais cultos parlamentares da história do Congresso brasileiro.

É que o Presidente não é, evidentemente, tampouco um autodidata. O Presidente, pura e simplesmente, não se preparou, não estudou. E o País é muito maior do que ele, e ele não sabe governar o país Brasil. Tem, sim, muito *marketing*, muita gritaria frenética, alarido e alvoroço em dose múltipla.

Na segunda-feira, por exemplo, não deu ele uma de mestre-de-obras no aeroporto de Brasília? Monitorado por Duda Mendonça, foi lá e encontrou tudo preparado para mais um festival de besteiras. Ali estava o funcionário Francisco Cavalcante, que trabalha na limpeza e que ficou famoso, no ano passado, ao devolver aquela maleta com 10 mil dólares que encontrou durante seu trabalho.

A frase infeliz foi preparada, não foi de improviso: “Se tivéssemos 180 milhões de Franciscos, o dinheiro daria muito mais para o povo pobre do Brasil”. Insulto torpe aos brasileiros, que estão muito mais para Franciscos do que para Delúbios e Waldomiro, companheiros diletos do Presidente.

É de fazer pena! Lula fala, ensaiado dudeanamente, como se seu Governo não fosse íntimo da corrupção. E fala insultando seus governados, como se a regra, no Brasil, fosse a desonestidade, e a exceção ficasse à conta do Francisco, aquele da mala honesta.

Sem dúvida, aquele Francisco não pertence a esse tronco podre do petismo. Ele devolveu a maleta. Na república petista, as malas cresceram e as cuecas se avolumaram. O volume de dinheiro inchou. Agora são malas do Sr. Delúbio para pagar “mensalões”. Não se devolve. Pega-se. Surrupia-se. Ele devolveu a maleta, o Francisco.

Mas não é à toa que o jornal **Financial Times**, de Londres, diz em seu editorial de segunda-feira que *o Governo Lula está uma bagunça e que o Presidente da República precisa reconhecer a extensão da crise e assumir alguma responsabilidade por ter permitido que ela, a crise, ocorresse.*

E, então, o Governo Lula acabou ou não?

Que virou bagunça, isso é voz corrente no País todo e no exterior, como mostra o **Financial Times**.

Acabou ou não o seu Governo, Presidente Lula? Seu velho amigo, João Pedro Stédile, dono desse movimento clandestino chamado MST, diz que sim, que o Governo Lula já acabou – está nos jornais de ontem.

Acabou mesmo. Como bem esclareceu, por sinal, Arnaldo Jabor, em sua crônica das terças, *o Brasil precisa de uma nova Esquerda. A concepção antiga*, para não dizer...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, estou dando mais cinco minutos a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, ainda estou com sono, porque, ontem, eu, como todo o Brasil, fiquei assistindo ao Jô Soares. O Senador Romeu Tuma não viu. Eu pediria que V. Ex^a viesse com aquele terno, porque estava elegante, até recebeu os aplausos de todas as mulheres. Mas o mais bonito de tudo foi quando V. Ex^a mostrou e falou de sua família. A árvore boa dá bons frutos. Gosto muito das Leis de Mendel, da genética. Quando V. Ex^a buscou seu pai, falou como Cristo, que falava por parábolas. V. Ex^a foi muito inteligente e revelou o seu caráter ao dizer: “Só dois Senadores votaram contra o primeiro ditador militar: Josaphat Marinho e Arthur Virgílio”. Essa frase mostrou o seu caráter. Fui testemunha de que – quando aqui chegamos – o Zé Maligno queria fazer deste País uma espécie de Cuba. Conseguiu a Câmara Federal. Aqui, nós resistimos. Éramos muito poucos: Efraim Morais, Antero Paes de Barros, Leonel Pavan e Arthur Virgílio. Buscávamos quatro, cinco, para podermos começar uma reunião. A ordem era não ter, era abafar. Hoje, conseguimos que, em pleno recesso, o Congresso esteja vigilante pela moralidade. O Presidente Lula – e faltou V. Ex^a dizer ao Jô – não gosta de ler nem aprender com a sabedoria popular. Nunca vi um provérbio errado, nunca vi a sabedoria popular errar. Lá no meu Piauí, Sr. Presidente, a gente aprende que “o boi engorda com o olho do dono”. O dono da República vivia no mundo, o Lula, tirando fotografias com Dona Marisa. E aí muita gente engordou. Aprendi, lá no Piauí, que “pau que nasce torto morre torto”. Este Governo vai morrer torto porque nasceu torto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Mão Santa pelo seu aparte, sempre brilhante, sempre oportuno, sempre adequado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador, vou dar-lhe mais dois minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, Sr. Presidente. Vou acelerar.

Acabou, sim, como bem esclareceu, por sinal, Arnaldo Jabor, em sua culta crônica das terças. Para ele, *o Brasil precisa de uma nova Esquerda. A concepção antiga*, para não dizer retrógrada, *foi para espaço. Está provado o fracasso. Não adianta apenas refazer o PT “moralmente”* – estou aspeando moralmente, Jabor aspeou moralmente – *agora que ele se esborooou como um biscoito.*

Aspas de novo para Jabor:

O PT começou com Lula, como um partido original e prático, e terminou caindo pelas doenças já catalogadas da “Esquerda” de 1917. Os vícios do PT foram causados por velhas teses, principalmente do Zé Dirceu.

Eis aí belo diagnóstico: o PT pode ter nascido morto, porque já carcomido por teses de antanho, superadas, que nada têm a ver com o Brasil moderno.

E para não dizer que não falei em boa vontade, em máxima boa vontade, enumero aqui a realidade deturpada do Brasil da corrupção montada pelo Governo que aí está.

São dados extraídos do simples noticiário, Sr. Presidente. E aí peço a V. Ex^a que considere como lida essa parte do discurso e os tópicos dos jornais, mostrando a gravidade da crise, mostrando como está distante do Planeta Terra este Governo que prefere habitar, para se esconder, talvez envergonhado, as crateras lunares mais distantes.

Passo – e concluo, Sr. Presidente – uma mensagem. E aí peço a tolerância de V. Ex^a para concluir o meu pronunciamento anunciando que no início de agosto – já que este Governo não governa, este Governo é incapaz, é inapetente, é inoperante, este Governo é despreparado, este Governo não é bem intencionado, este Governo é inerte, é desarticulado – no início de agosto, o PSDB apresentará a sua proposta de *agenda mínima* para o País.

Em suma, investigação a todo vapor de um lado e, de outro, o compromisso com a idéia de se manter o Brasil funcionando, governável e viável. A *agenda mínima*, aliás, começa na apuração desses fatos deslavados de assaltos aos cofres públicos e termina pela votação de matérias essenciais ao bom andamento da economia brasileira, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, leio o meio decálogo de uma escada, a escada da perdição, algo que só passa pela cabeça de petistas.

Foi exatamente um petista, o vice-presidente do PT, Walter Pomar, quem desenvolveu a metáfora dos cinco degraus da perdição. Metaforou e gostou!

Ei-los:

- 1 – financiamento legal da campanha;
- 2 – caixa dois;
- 3 – parcerias público-privadas para bancar campanhas futuras;

4 – associação desse esquema com o crime organizado;

5 – colocar o dinheiro arrecadado no bolso.

Essa metade de um decálogo ou a metáfora, como pretende o dirigente petista está publicada no **Jornal do Brasil**. E segundo seu autor, o Pomar, o PT até hoje só discutiu internamente as contradições do primeiro degrau (financiamento legal) como lutar contra o capital e mesmo assim aceitar contribuições do sistema financeiro nacional. Para ele, já passou da hora de o PT enfrentar o dilema dos outros degraus.”

Seria o caso de indagar ao dirigente do quase extinto partido: *O PT subiu todos os degraus dessa escada?*

Se subiu, deu um baita escorrego lá de cima, rolou e escrachou-se todo. **Finish!** Acho que não subiu os degraus, definitivamente. Na verdade, desceu ladeira abaixo.

O Brasil, que Lula sonhou em transformar na República Petista, está, de fato, diante de duas hipóteses, sem mais nem menos.

Hipótese *a* ou hipótese *b*, uma coisa já é certa: o Presidente Lula passará à História como o Governo do quadriênio perdido.

Quais são as duas hipóteses?

Pela primeira, Lula vai completar o seu mandato, como prevê a Constituição. Vai até 31 de dezembro do próximo ano.

Pela segunda hipótese, se ele vier a ser incriminado no curso das cpis, o panorama muda.

Desta tribuna já fiz referência à sem-cerimônia com que, na sua habitual sandice, o Presidente Lula disparou farpas contra as elites brasileiras, como se delas estivessem partindo movimentos para derrubar o seu Governo.

Tive que explicar ao nosso desavisado Presidente que nada disso existe. Pelo contrário, esperamos em Deus que ele chegue ao final de seu mandato, na hipótese de as cpis não o incriminarem no meio do caminho.

Restaria então ao País salvar pelo menos o ano final do mandato Lula, sem que se possa esperar que o milagre se faça e o Presidente acerte o passo, comece a governar e ajeite as coisas. Tudo se destrambelhou nesses três primeiros e perdidos anos do Governo Lula.

A oposição atual, diferentemente daquela oposição petista de antes, é responsável e dispõe-se ao que seria dever do Governo.

O dever primeiro do Governo seria pensar no País e não nos milhões de Reais ou de Dólares carreados para os cofres petistas.

Como aqui também há duas hipóteses, a que sugere ao Governo que governe e a que enlameia o País e que foi a da opção da República Petista, a salvação de um ano do quadriênio perdido de Lula consistiria na votação da chamada agenda mínima

Pena que já não possa ser agenda máxima. O Governo Lula jogou fora três anos e o que resta fica mesmo para uma mínima agenda.

Indago ainda o que se pode esperar de um Presidente que diz ser desnecessário diploma para governar.

Que exemplo ele passa à juventude brasileira?

Ter diploma, Presidente, não significa propriamente estar de posse do chamado canudo. Diploma, no caso, seria sinônimo de cultura, de preparo, de saber. O Presidente não tem nada disso.

Tem, sim, muito marketing, muita gritaria frenética, alarido, alvoroço e banzé em dose múltipla.

Na segunda-feira, por exemplo, ele não deu uma de mestre— de obras no aeroporto de Brasília?

Na cola de Duda Mendonça, foi lá e encontrou tudo preparado para mais um festival de besteiras. Ali estava o funcionário Francisco Cavalcante, que trabalha na limpeza e que ficou famoso no ano passado ao devolver uma maleta com 10 mil dólares, que encontrou durante seu trabalho.

A frase foi preparada: Se tivéssemos 180 milhões de Francisco, o dinheiro daria muito mais para o povo pobre do Brasil.

Acho que seria melhor para esses milhões de brasileiros se não tivessem esse presidente conduzindo este País.

É de fazer pena! Lula fala, ensaiado dudeanamente, como se seu Governo não fosse íntimo da corrupção...

A diferença é que o Francisco é honesto. Sem dúvida, ele não pertence a esse tronco podre do petismo.

Ele devolveu a maleta. Na República Petista, as malas cresceram e o volume de dinheiro inchou. Agora são malas do Sr. Delúbio para pagar o mensalão. Não se devolve. Se pega, se surrupia.

Não é à-toa que o jornal Financial Times, de Londres, diz em seu editorial de segunda-feira que o Governo Lula está uma bagunça e que o Presidente da República precisa reconhecer a extensão da crise e assumir alguma responsabilidade por ter permitido que ela ocorresse.

E, então, o Governo Lula acabou ou não acabou?

Que virou bagunça, isso é voz corrente aqui, no País todo e no exterior, como mostra o **Financial Times**.

Acabou ou não acabou o seu Governo, Lula? Seu velho amigo João Pedro Stédile, o dono desse movimento clandestino chamado MST, diz que sim, que o Governo Lula já acabou. Está nos jornais de ontem.

Acabou mesmo, sô, diria o mineiro. Como disse ontem hoje Arnaldo Jabor, em sua crônica das terças. Para ele, o Brasil precisa de uma nova esquerda. A concepção antiga, para não dizer retrógrada, foi para o espaço. Está provado o fracasso. Não adianta apenas refazer o PT “moralmente”, agora que se esborrou como um biscoito.

E mais aspas para Jabor:

O PT começou com Lula, como um partido original e prático, e terminou caindo pelas doenças já catalogadas da “esquerda” de 1917. Os vícios do PT foram causados por velhas teses, principalmente do Zé Dirceu.

Aí está um bom diagnóstico: o PT nasceu morto, porque já veio carcomido pelas teses superadas dos velhos tempos que nada têm a ver com o Brasil moderno.

E para não dizer que não falei em boa vontade, em máxima boa vontade, enumero aqui a realidade deturpada do Brasil da corrupção montada pelo Governo Petista.

São dados extraídos do simples noticiário. Até quando, Lula, seremos obrigados a conviver nessa maré de tanto baixo austral. Ao invés de marquetejar no aeroporto de Brasília, explorando a boa fé do Francisco, livre-nos do vendaval petista da corrupção. O Brasil é um país sem tornados, sem furacões, sem terremotos, mas os estragos petistas equivalem a mil furacões.

Termino, Sr. Presidente, lembrando uma frase do Brasil dos tempos de Monteiro Lobato ou ao menos da época em que ele vivia:

A frase dizia:

Ou o Brasil acaba com a saúva ou a saúva acaba com o Brasil.

Agora, a versão moderna:

Ou o Brasil acaba com a República Petista ou a República Petista acaba com o Brasil.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Crise é grave e governo Lula já acabou, diz Stedile

Dia do Trabalhador Rural tem manifestações pelo país; CUT e MST protestam contra corrupção e pro-

tegem presidente – O coordenador nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) João Pedro Stedile disse ontem que o governo Lula “já acabou”. Durante passeata de cerca de 300 trabalhadores rurais e integrantes de movimentos sociais urbanos em Curitiba (PR), Stedile disse, em entrevista, que “basta ler as notícias dos jornais” para constatar o fim do governo. Stedile afirmou também acreditar que o movimento de massas é capaz de tirar o país da crise política e construir um novo projeto de desenvolvimento. Questionado se isso é possível ainda no governo Lula, respondeu: “[Neste governo] Não vai dar. Este já acabou”. Ele disse considerar que a crise “é grave e será prolongada”. Stedile aponta a política econômica como a causa de a população não ter saído às ruas para manifestar apoio ao governo petista. Para ele, a apatia é justificável: “Se fosse um governo que realmente tivesse feito uma política popular, o povo estaria na rua”.

Folha de S.Paulo – 26-7-05 – Brasil

Mulher de Valério não pode silenciar na CPI, decide STF

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Nelson Jobim, obrigou Renilda Santiago, mulher do publicitário Marcos Valério de Souza, a depor à CPI dos Correios a partir das 10h de hoje. A decisão de Jobim não a autorizou a ficar em silêncio, mas a dispensou do compromisso formal de só falar a verdade, exigido de testemunhas.

O advogado de Marcos Valério e de sua mulher, Marcelo Leonardo, entrou com habeas corpus na sexta-feira, solicitando principalmente que ela fosse dispensada do depoimento de hoje. No início da tarde de ontem, Jobim negou a liminar quase que integralmente.

O advogado de Renilda tentou alterar em parte a decisão de Jobim, com um novo recurso solicitando que ela tivesse o direito ao silêncio, assegurado a acusados de crime durante as investigações. O presidente do STF recusou.

Folha de S.Paulo – 26-7-05 – Brasil

CPI identifica sacadores de mais R\$9,6 mi de Valério

A CPI dos Correios identificou novos saques e transferências milionários nas contas de empresas das quais o publicitário mineiro Marcos Valério de Souza é sócio. As transações, destinadas a duas empresas, duas associações de juizes, uma associação de organizações não governamentais e uma frente de prefeitos, somam pelo menos R\$9,6 milhões. Com isso, as

retiradas das empresas de Marcos Valério com beneficiários já identificados ultrapassam R\$35 milhões. A Guaranhuns Empreendimentos, Intermediações e Participações Ltda., cujo endereço anotado no banco é o de uma galeria na avenida São Luiz, na região central de São Paulo, retirou mais de R\$6 milhões em 2003. Os saques foram feitos por meio de cheques nominais, na agência do Banco Rural em Brasília. A CPI também localizou ontem o primeiro dos grandes depósitos feitos na conta da DNA Propaganda no Banco do Brasil. A empresa de telefonia Telemig Celular, de Minas Gerais, controlada pelo banqueiro Daniel Dantas, depositou cerca de R\$13 milhões na conta da agência.

Folha de S.Paulo – 26-7-05 – Brasil

Valério afirmou ter trabalhado no BC em uma função que não existe

Em licitação vencida em 2003, o empresário Marcos Valério de Souza informou, na proposta técnica que a SMPB Comunicação enviou para a Câmara Legislativa do Distrito Federal, que “exerceu o cargo de superintendente internacional do Banco Central durante um ano e oito meses”. Valério nunca trabalhou no BC, muito menos como superintendente internacional, informou o BC -até porque tal função não existe. A SMPB, da qual Valério é sócio desde 1996, ganhou a concorrência da Câmara juntamente com outras duas agências. Aberta em 2002, a licitação foi concluída no ano seguinte. No ano passado, a SMPB recebeu do Legislativo do Distrito Federal R\$7,5 milhões.

Folha de S.Paulo – 26-7-05 – Brasil

Eletronorte é terceira estatal a romper o contrato com empresas de Valério

Envolvido em denúncias de corrupção envolvendo suas empresas e o governo federal, o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza perdeu mais uma fonte de renda -um contrato de R\$ 12,4 milhões (valor anual) que a DNA tinha com a Eletronorte. A decisão de romper unilateralmente o contrato foi tomada pela diretoria da Eletronorte há uma semana, mas somente amanhã será comunicada oficialmente à DNA, empresa que tem Valério como um dos sócios. Desde 2001, a DNA era a única agência que atendia as contas publicitárias da Eletronorte. De acordo com a diretoria da empresa, existe uma cláusula no contrato que justifica o rompimento. A assessoria de imprensa da Eletronorte informou que o texto diz que, se a contratada (DNA) acarretar danos à imagem da contratante (Eletronorte), o acordo poderá ser rompido.

Folha de S.Paulo – 26-7-05 – Brasil

Imagens podem comprovar quem entregou dinheiro a petista, diz PF

A Polícia Federal informou ontem ter imagens que podem comprovar a entrega de dinheiro ao ex-dirigente do PT no Ceará José Adalberto Vieira da Silva, em um escritório em São Paulo. Uma gravação do circuito interno de TV no prédio comercial onde ele esteve mostra José Petronilho de Freitas, diretor da empresa Cavan, chegando ao prédio com uma caixa, antes da entrada de Adalberto. Freitas saiu do prédio sem a caixa, segundo o delegado José Pinto de Luna, responsável pelo caso em Fortaleza. Adalberto chegou com uma bolsa vazia e saiu, poucos minutos depois, com a bolsa cheia, de acordo com as imagens.

Folha de S.Paulo – 26-7-05 – Brasil

Lula recorre a gesto de faxineiro em discurso

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recorreu ao faxineiro Francisco Cavalcante -que se tornou um símbolo de honestidade ao encontrar e devolver, num aeroporto, uma carteira recheada de dólares-, para dizer que os avanços dos investimentos estão atrelados à diminuição da corrupção. Ontem pela manhã, durante visita às obras de ampliação do aeroporto internacional de Brasília, Lula reencontrou Francisco Basílio Cavalcante, 57. Em 2004, Cavalcante ficou conhecido ao devolver uma carteira com US\$ 10 mil que havia encontrado em um banheiro do aeroporto. “Vocês percebem que gestos como esse engrandecem a figura humana, engrandecem o ser humano. Porque nós estamos percebendo, com todas as denúncias que acontecem no Brasil, que se nós tivéssemos 180 milhões de Franciscos, certamente o dinheiro do Brasil daria para a gente fazer muito mais coisas para o povo pobre deste país, do que se as pessoas levarem [sic] dinheiro”, afirmou o presidente. Francisco Cavalcante, que após a fama foi promovido de faxineiro a supervisor de limpeza do aeroporto de Brasília e já foi recebido por Lula no Palácio do Planalto, foi chamado ao palanque pelo presidente, que lhe deu as mãos enquanto discursava. “Por isso, meu querido [Francisco], prazer em te encontrar aqui mais bonito do que o dia em que eu te vi, mais elegante. Você é um exemplo de brasileiro, um exemplo de ser humano.” Elevado à condição de símbolo da honestidade depois de ter devolvido uma carteira com US\$10 mil, Francisco Cavalcante disse que, diante da atual crise, é Lula que faz questão de aparecer hoje a seu lado.

Folha de S.Paulo – 26-7-05 – Brasil

Lula manifesta mágoa com petistas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem demonstrado, em conversas com outros integrantes do governo, estar magoado e irritado com petistas por conta das denúncias contra integrantes do partido. Lula tem dito, segundo a Folha apurou, que se sente traído pela antiga cúpula do partido -formada por pessoas ligadas ao ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. Também tem afirmado que este é o pior momento da história do PT. Os aliados de Lula têm procurado, nos últimos tempos, “blindar” a figura do presidente e atribuir a petistas a responsabilidade sobre eventuais irregularidades.

O presidente tem repetido que nunca havia ouvido falar do publicitário Marcos Valério até as primeiras denúncias sobre o chamado “mensalão”. Também tem afirmado, segundo seus interlocutores, que não pretende “vender a alma” para disputar a reeleição, mas que rejeita um eventual acordo com a oposição que o impeça de concorrer em 2006.

Folha de S.Paulo – 26-7-05 – Brasil

Com Aécio, Alckmin rejeita tese de “luta de classes” sugerida por Lula

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, rebateu ontem na sede do governo mineiro, ao lado do governador Aécio Neves, também do PSDB, a declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em que critica a elite e diz que não baixará a cabeça para ela. Para ele, a crise não tem relação com “luta de classes”, e sim com o “mau uso de dinheiro público”.

“Acho que o governo deve avaliar que não tem nada de luta de classes nisso. O que tem é mau uso de dinheiro público, que precisa ser apurado”, disse Alckmin, que ouviu Aécio dizer que o PSDB ainda considera Lula candidato à reeleição, apesar da crise. “Eu não vejo no PT um outro nome em condições de levantar uma bandeira nacional”, afirmou o mineiro, acrescentando que a dúvida atual é “em que condições” Lula chegará para a disputa eleitoral. Certeza, para ele, é que o PSDB se fortalece. “Eu não desprezo a força pessoal, política do presidente Lula. Seria um equívoco se fizéssemos isso. Mas já antevejo uma disputa em que o PSDB terá chances enormes”, disse Aécio.

“**Porção Chávez**” Outro tucano decidiu ontem elevar ainda mais o tom das críticas ao governo. O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), acusou ontem o presidente Lula de revelar a sua “porção Chávez”. Ele se referia ao presidente da Venezuela, Hugo Chávez, ao comentar a declaração de Lula que acusou as “elites” de tentar desestabilizar o governo. “Não pense o presidente que, assumindo uma porção Chávez -prefiro sua porção Palocci-, vai intimidar a opo-

sição e que, com isso, vai fazer uma suposta guerra popular nas ruas.” O PSDB tem optado pela cautela, rechaçando o impeachment. Porém Virgílio disse que se o presidente optar por uma mobilização popular, haverá reação: “Não queremos mexer no seu mandato, a menos que este se revele corrupto”. “Com esse discurso, um líder de primeira virou um líder sindical de segunda categoria”, completou o Senador.

Folha de S.Paulo – 26-7-05 – Brasil

PF acha que possui as “cuecas com batom”

A Polícia Federal começou ontem a examinar 32 caixas de documentos que contêm “todas as cuecas com batom” do caso “mensalão”, conforme a expectativa ouvida pela **Folha** com a própria instituição. “Cueca com batom” é uma expressão que vem sendo utilizada largamente entre jornalistas, políticos e policiais, para designar uma prova contundente.

As caixas contêm documentos apreendidos há pouco menos de duas semanas, nas empresas do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, acusado de ser o operador do suposto esquema do “mensalão”.

Folha de S.Paulo – 26-7-05 – Brasil

Serraglio diz que lista do Rural prova “mensalão”

O relator da CPI dos Correios, Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), afirmou ontem que a lista de pessoas autorizadas a receber o dinheiro sacado das contas do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza é “pólvora pura”, porque comprovaria a existência do “mensalão”. O material está no STF (Supremo Tribunal Federal) e deve chegar hoje à tarde à comissão. Esses documentos foram apreendidos pela Polícia Federal no Banco Rural em Minas Gerais e faziam parte de um inquérito da 4ª Vara da Justiça Federal de Minas Gerais. Como na lista de beneficiados aparecem parlamentares, o processo foi enviado ao STF.

“A documentação é pólvora pura até agora”, disse Serraglio. Questionado se a lista seria uma prova do “mensalão”, ele respondeu que sim. “Passando pela perícia da Polícia Federal, é prova material, não precisa nem de muita conversa.” Ainda de acordo com o relator, “prossegue se confirmando a versão dada pelo deputado Roberto Jefferson [PTB-RJ] em relação ao pipinoduto de Marcos Valério”.

Folha de S.Paulo – 26-7-05 – Brasil

Para eleitor, não roubar é melhor que fazer muito

O brasileiro se julga honesto, mas crê que o vizi- no pode muito bem ser corrompido por uma oferta em

dinheiro para mudar de voto na hora da urna. Segundo pesquisa nacional do Datafolha, 85% brasileiros dizem que não aceitariam dinheiro para mudar de voto, contra 12% que admitiram vendê-lo e 3% que disseram que a decisão “dependia”. Questionados se “outros brasileiros” aceitariam a vantagem, 73% disseram que seus compatriotas venderiam o voto, contra 21% que acreditaram na honestidade do vizinho. O Datafolha mostrou um eleitor crítico do “rouba mas faz”. Para 73%, é melhor um presidente totalmente honesto ainda que faça menos, contra 23% que preferem um que faça muita coisa, mesmo que roube um pouco. (FM)

Folha de S. Paulo – 26-7-05 – Brasil

Relator da CPI do Mensalão vai ter de explicar doações da SMPB

O relator da CPI do Mensalão, deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), terá de dar explicações oficiais sobre duas doações, que totalizam R\$ 150 mil, feitas em 1998 pela SMPB, da qual era sócio o empresário Marcos Valério. Integrante da mesma CPI, o deputado Raul Jungmann (PPS-PE) entrou com requerimento pedindo uma resposta de Abi-Ackel para a doação, revelada neste fim de semana pela revista “Época”. “Há uma potencial situação de conflito de interesses. Como o deputado vai poder relatar a ocorrência de mensalão se uma das empresas suspeitas de envolvimento no esquema contribuiu para sua campanha?”, disse.

Folha de S.Paulo – 26-7-05 – Brasil

Previ nega a interferência de Gushiken

O presidente da Previ, Sérgio Rosa, 46, considerou absurdas as acusações do ex-presidente do Conselho Deliberativo da Previ Henrique Pizzolato, feitas em entrevista à **Folha**, de que existia interferência política e governamental dentro do fundo. Rosa negou qualquer influência de seu amigo e ex-ministro Luiz Gushiken. “Não existe interferência política e nem tomo as decisões de maneira isolada na Previ”, afirmou. Em férias em Bariloche, na Argentina, com seus dois filhos, Rosa interrompeu por algumas horas o descanso desta semana para rebater por telefone as acusações de Pizzolato. Ele considerou estranho que só agora, depois de dois anos e meio na presidência do Conselho Deliberativo da Previ, ele faça essas acusações. “Sempre tivemos uma relação correta, e ele nunca manifestou essas questões”, disse Rosa.

Folha de S.Paulo – 26-7-05 – Brasil

Fundo Refer teve ingerência do PT, diz ex-dirigente

O ex-presidente da Refer (fundo de pensão dos ferroviários) Jorge Moura diz que executivos de bancos privados tentaram interferir na administração dos investimentos da entidade e apresentavam-se como falando em nome do ex-secretário de comunicação do PT Marcelo Sereno. Moura disse que foi procurado por representantes dos bancos Rural, BMG, Pactual e Banco Santos. Segundo Moura, a Refer também sofreu ingerência do deputado federal Carlos Santana (PT-RJ), que emplacou a mulher, Tânia Santana, na diretoria de Segurança da fundação, e Cristina Montemor, de quem é compadre, na presidência do conselho deliberativo da entidade.

Folha de S.Paulo – 26-7-05 – Brasil

Sereno diz que apenas repassava nomes da base

O ex-secretário de comunicação do PT Marcelo Sereno negou, por meio de sua assessoria de imprensa, ter interferido na gestão dos investimentos da Refer (Fundação Rede Ferroviária de Segurança Social), acusação feita por Jorge Moura, ex-presidente da fundação. Segundo a assessoria de Sereno, ele disse que não tem informação sobre a política de investimentos de fundos de pensão e tampouco autorizou executivos de bancos a procurar a diretoria da Refer para propor a criação de fundos exclusivos a serem administrados por instituições financeiras privadas. Sereno negou também que tenha indicado Jorge Moura para a presidência da Refer. Segundo a assessoria do ex-dirigente petista, ele afirmou que, quando era chefe-de-gabinete e assessor especial do ex-ministro José Dirceu, da Casa Civil, encaminhou currículos repassados pelo PT e por partidos da base aliada.

Folha de S.Paulo – 26-7-05 – Brasil

Presidente do PT diz que ala majoritária do partido acabou

Numa clara tentativa de se dissociar da tendência que controla o partido, o presidente do PT, Tarso Genro, decretou ontem o fim do Campo Majoritário. Tarso -que consulta as demais forças políticas sobre sua candidatura à presidência do partido- conta que, no sábado, quando oficialmente convidado pelo Campo, disse que não aceitaria concorrer apenas em nome da ala mas pela “composição de uma nova maioria”. “O Campo Majoritário anterior está dissolvido”, sen-

tenciou, rindo quando questionado sobre os motivos: “Precisa perguntar? Em função dos acontecimentos, da fragmentação de opiniões e da apuração de responsabilidades. [...] Minha ligação é com a recomposição de uma nova maioria.” Desde que sondado para a disputa, Tarso procura representantes da esquerda do PT. De um deles, ouviu que sua chapa estava “pesada” demais.

Folha de S.Paulo – 26-7-05 – Brasil

A Senadora Heloísa Helena disse que tem sofrido ameaças de morte

A Senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), afirmou ontem que vem sendo grampeada e recebendo ameaças de morte por sua atuação na CPI dos Correios. Ela não especificou quem estaria por trás disso, mas insinuou que a intimidação vem de “camarilhas do Palácio do Planalto”. A senadora pediu à Corregedoria do Senado solicitar que a Polícia Federal monitore suas ligações, responsabilizando assim as autoridades “caso aconteça qualquer coisa” com ela ou seus familiares. “O importante é que eles saibam que eu sei o que estão fazendo”, disse, sem detalhar quem seriam “eles”. “Se o governo Lula, junto com sua base de bajulação, acha que a camarilha do Palácio do Planalto pode me impor o medo, a velha ameaça dos expurgos e da tirania, para desmoralizar ou matar quem não se curva, pode tirar o cavalinho da chuva porque ele vai morrer de pneumonia”, disse.

Folha de S. Paulo – 26-7-05 – Brasil

E mais:

Teoria de golpismo das elites une Delúbio e Lula e arrasta a CUT para a temporada de parlapatice ideológica

O presidente Lula, ao ressuscitar a teoria de que é vítima de golpe da “elite” durante os quatro dias em que se dedicou à chamada “agenda popular”, colocou em si mesmo e no seu partido o espectro do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, que usou o mote em recente discurso em Goiás, pouco antes de ficar claro que ele era o operador de um milionário esquema de corrupção.

Lula prosseguiu, ontem, durante visita à Infraero, na sua tentativa de salvar a imagem nas classes mais populares. Desta vez, não falou em elites, mas nem precisava. O presidente da Infraero, Carlos Wilson (PT-PE), considerado um consultor informal do Planalto, falou ao lado do presidente, em discurso para os 1.200

operários da construtora Beter, que existem pessoas preconceituosas que não aceitam um operário na Presidência. Isso aconteceu em Brasília. Mais uma obra duedana do Governo Lula. Ou da República Petista.

Em São Paulo, a temporada da parlapatice ideológica já vigia, com o secretário sindical do PT e diretor da CUT, João Felício, a denunciar que a “elite” quer cassar Lula.

Financial Times define governo do PT como “uma bagunça” – A aversão ao Brasil só piorou depois que o jornal britânico *Financial Times* deixou de lado, na edição desta segunda, as meias palavras e afirmou que o governo do PT está uma “bagunça”.

Bovespa despenca, e dólar tem a maior alta desde maio de 2004 – O mercado financeiro viu a escalada de denúncias e as reações do governo com perplexidade. Investidores continuaram “realocando ativos”, o que quer dizer vender ações e comprar dólares. A cotação do dólar teve a maior alta percentual desde maio de 2004: subiu 2,66%, para R\$ 2,463. A Bovespa caiu 3,39%. Mais uma obra da República Petista.

STF nega habeas corpus para mulher de Valério; relator da CPI avisa que vem por aí “pólvora pura” – Nesta terça, a mulher do empresário Marcos Valério, Renilda Fernandes de Souza, vai depor na CPI, mas sem **habeas corpus** preventivo, já que o Supremo Tribunal Federal negou seu pedido nesta segunda, dado-lhe apenas o direito de não falar a verdade quando achar que uma resposta poderia incriminá-la.

A crise política, que já deixava operadores tensos, agora os apavora, especialmente quando o relator Osmar Serraglio (PMDB-PR) fala que vem por aí “pólvora pura”.

Diante de tudo isso, parece até piada o que fechou o dia de ontem: o Banco Popular do Brasil (BPB) usou o cadastro da rede de lojas Marabraz para inflar o total de sua carteira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado.

Senador Luiz Otávio, pergunto se não há problema em conceder, por cinco minutos improrrogáveis, a palavra ao Senador Leonel Pavan, com base no art. 14, para dar uma explicação de ordem pessoal.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Será uma honra muito grande para mim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com a palavra o Senador Leonel Pavan, por cinco minutos improrrogáveis, por favor. Todos aqui sabem o grande trabalho e o serviço que V. Exª presta não

apenas ao seu Estado, Santa Catarina, como a todo o Brasil.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, agradeço a V. Exª pelas suas palavras. Sabemos o quanto cada Senador faz por seu Estado – V. Exª faz por São Paulo e pelo Brasil –, porque somos Senadores da República. Temos que cuidar do Brasil e, conseqüentemente, também do nosso Estado, assim como o Senador Mão Santa cuida do Piauí.

Para não ficar nesse ponto de interrogação em relação ao que disse aqui o Líder do PMDB, Senador Ney Suassuna, achei que era o PT que deveria dizer aquilo que S. Exª disse, mas ele é do PMDB – não é o PMDB do Senador Mão Santa. Apresentei 55 proposições até agora, 16 projetos de lei, 98 relatorias, 16 emendas à LDO por Santa Catarina e 90% dos meus pronunciamentos são em defesa do meu Estado. Sabe por quê? Porque o meu Estado é o quinto em exportação deste Brasil. Santa Catarina é o sétimo em arrecadação do Brasil, Senador Romeu Tuma, e é, em repasse de emendas, o décimo nono do Brasil; em repasse orçamentário, é o décimo sétimo do Brasil. Por isso, seguidamente digo aqui ao Governo: respeite Santa Catarina, pois é uma galinha de ovos de ouro, que não pode ser estrangulada, tem que ser bem alimentada, bem cuidada. Santa Catarina é um Estado que ajuda o nosso Brasil.

E queria dizer ao Senador Ney Suassuna que eu não fiz nenhum pronunciamento de denúncia. Eu não denunciei nada. Falei o que a imprensa está falando, eu falei o que a CPI está dizendo e o que estamos ouvindo. Se houve alguém que denunciou e começou a denunciar foram integrantes da Base do Governo: o PT denunciando o PT, empresas que se beneficiam do Governo denunciando o PT, e o PT denunciando essas empresas, e outros integrantes que apoiavam e apóiam o Governo Lula é que fizeram as denúncias.

Nós, da Oposição, estamos cobrando, fiscalizando.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não podemos ficar aqui calados mediante toda essa corrupção e essa vergonha que abala nosso País.

O querido amigo Ney Suassuna é um grande Líder. Também deveria defender o Estado dele, como defendendo Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Com a palavra o Senador Luiz Otávio por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco, se houver necessidade.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois dessa disputa entre Governo e Oposição, que é salutar para o nosso País, para a nossa democracia, os debates se estendem para além das CPIs, vêm para o Plenário do Senado, para o Plenário da Câmara dos Deputados e para o Brasil como um todo. Em todas as rodas, em todos os Estados, do maior ao menor Município, virou moda discutir e falar sobre a CPML, as CPIs e, principalmente, sobre aquelas estrelas, aqueles astros que vêm depor.

Com muita competência, a Presidência da CPI, através do Senador Delcídio Amaral, tem conseguido estabelecer a oitiva de todas essas pessoas, essas figuras do País, de uma forma elegante, normal, sem que fosse necessário até hoje o uso da força ou de intimidações, o que, na verdade, não é a finalidade da Comissão Parlamentar de Inquérito, seja comissão mista ou comissão exclusiva, no caso de uma das Casas, Senado ou Câmara.

Na verdade, a CPI tem por objetivo, por fato determinado, investigar, ouvir as pessoas, apurar e levar ao seu relatório final, à sua conclusão, a sua avaliação sobre os culpados que serão denunciados ao Ministério Público Federal, à Justiça Federal e, principalmente, serão punidos pela forma como foi feita a investigação e principalmente pelo relatório que será apresentado ao final da Comissão Parlamentar de Inquérito, hoje presidida pelo Senador Delcídio Amaral.

Com certeza, da forma como está – ainda hoje estivemos novamente reunidos para tratar de matérias administrativas – vê-se claramente a diferença entre as questões políticas, eleitorais e os fatos denunciados, os crimes de que estão sendo acusadas as pessoas. Incluem-se aí desde Parlamentares, pessoas que ocupam e as que não ocupam cargos públicos, da iniciativa privada, de sindicatos de trabalhadores e empresários, sem tirar nenhuma conclusão apressada, nenhuma conclusão que possa antecipar os fatos.

Com certeza, o trabalho da imprensa nacional tem sido reconhecido, de grande valor. Há instituições em Brasília, núcleos de inteligência, que estão trabalhando para essas informações, não só na coleta de informações, nas denúncias, mas também na apuração e triagem das informações e das denúncias.

Com certeza, isso já tem sido feito da forma mais limpa possível. Nunca tivemos repercussão como temos tido hoje, em nível nacional e internacional. Ainda hoje, a Rede CBN ouviu e transmitiu para o mundo o pronunciamento de membros da CPI, de pessoas que foram ouvidas na CPI. A Internet a todo momento é consultada por milhões de pessoas que têm a oportunidade de acessá-la. A rapidez das informações é muito grande, o que permite a opinião de pessoas especializadas: promotores; procuradores do Ministério Público; membros do Poder Judiciário, desembargadores, juízes e até mesmo a opinião de membros do Supremo Tribunal Federal, como também do aparato policial, no caso, a Polícia Federal, a Polícia Civil e principalmente as agências de inteligência, como a Agência Brasileira de Inteligência, ABIN.

Concedo um aparte ao eminente Senador, Líder incontestado do Piauí, o nosso Senador Mão Santa, do PMDB do Estado do Piauí.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Agradeço-lhe por essa oportunidade. V. Ex^a representa a grandeza do PMDB aqui e preside com muita competência uma das comissões mais importantes, a de Assuntos Econômicos, da qual orgulhosamente faço parte. O nosso Partido é grande, e vi a preocupação do Líder Ney Suassuna. Estou criando o Bloco dos Autênticos, que sempre existiu: o Senador Teotônio Vilela, o Ministro Marcos Freire, o Deputado Fernando Lyra e outros. A preocupação do Líder que falou há pouco era da denúncia, que não é a nossa do PMDB autêntico. Acho que precisa haver a denúncia. Quem não deve não teme. A nossa preocupação é a impunidade. Essa é a preocupação. Essa que está comprometendo a democracia do nosso Brasil.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Insiro no meu pronunciamento o aparte de V. Ex^a, Senador Mão Santa. Tenho a honra de presidir a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, que tem como Vice-Presidente o eminente Líder Senador Romeu Tuma, do PFL do Estado de São Paulo. Com certeza, S. Ex^a é um braço forte na referida Comissão, que tem ajudado o Brasil e tem representado muito bem São Paulo, o Estado de maior importância para a federação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Com certeza, o Senador Romeu Tuma dá importante contribuição à Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo um aparte ao eminente Senador Leonel Pavan, do PSDB de Santa Catarina, futuro Governador do Estado.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Luiz Otávio, a cada dia que passa, mais admiro V. Ex^a pelo trabalho que exerce no Senado Federal e em defesa do seu Estado. Santa Catarina, que é um Estado promissor, que luta e produz para o nosso País, tem acompanhado o seu trabalho na Comissão de Assuntos Econômicos. V. Ex^a está dando verdadeiro exemplo com o seu trabalho, demonstrando dignidade e honradez. Apenas registro que os empresários, o setor econômico de Santa Catarina acompanha todo o seu empenho, que certamente dignifica não apenas o seu nome, o seu Estado, mas o nosso Brasil.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Agradeço ao Senador Leonel Pavan, do PSDB de Santa Catarina, o aparte.

Sr. Presidente, no tempo que me resta, teria que abordar, como sempre, algum aspecto importante no que se refere ao meu Estado, o Pará.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a dispõe de mais cinco minutos.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Ainda ontem, no Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, foi mostrado que o Ibama (Instituto Brasileiro de Defesa do Meio Ambiente), que faz parte do Ministério do Meio Ambiente, cuja titular é a Ministra Marina Silva, fez uma operação em uma região próxima a Anapu, no Município de Altamira, Pará, com relação ao desmatamento e à queimada de dois mil hectares da área de uma fazenda para plantio de soja e criação de gado. Como foi mostrado pela reportagem do Jornal Nacional, o próprio filho do proprietário, do produtor, do agricultor, do fazendeiro, falou da normalidade daquilo.

O Governador do Estado, Simão Jatene, propôs – e a Assembléia Legislativa do Pará aprovou por unanimidade – o zoneamento ecológico-econômico do Estado. Está aí a forma cabal, firme e determinada não só do Governo do Estado, mas agora também do Governo Federal, do Presidente Lula, da proximidade, da força que têm para coibir, patrulhar, policiar essas iniciativas.

O fazendeiro foi multado em mais de R\$20 milhões. Há agora até um processo criminal contra ele por ter tomado essa iniciativa sem se respaldar em um projeto de manejo, de reflorestamento. E está lá a prova de que, quando o Estado organizado se estrutura para enfrentar esses momentos, há condi-

ções permanentes de vigilância, de fiscalização, de patrulhamento e de determinação de cumprimento de metas, como foi o caso mostrado nacionalmente pela Rede Globo. Com certeza, aquele é um exemplo que fica para o Brasil de que aqueles que vão descumprir as normas, as regras, as leis podem também ser punidos, perseguidos, patrulhados e policiados, como foi o caso nessa região de Anapu, no Município de Altamira, no meu Estado.

Sr. Presidente, não posso deixar de, nesta oportunidade, fazer um registro importante para o Brasil. O programa “A Voz do Brasil” foi inaugurado em 1935 e completa 70 anos neste mês de julho. Todos os dias, de segunda a sexta-feira, a população brasileira tem a oportunidade de ouvir em “A Voz do Brasil” as decisões das duas Casas do Congresso Nacional – o Senado Federal e a Câmara dos Deputados –, do Poder Executivo, pela Presidência da República e por seus Ministérios, como também do Poder Judiciário. “A Voz do Brasil” é transmitida todas as noites, às 19 horas, com a música de abertura conhecida por todos nós, “O Guarani”, de autoria do nosso músico Villa-Lobos, que representa não só no Brasil, mas no exterior, a capacidade que temos de criar.

Com certeza, “A Voz do Brasil” leva informação às pessoas, principalmente as que estão mais distantes dos centros de decisão, como Brasília e as capitais de todos os Estados. Permite que a população ribeirinha ouça todos os dias informação fresquinha, clara, precisa, de uma organização de 70 anos que nunca foi usada para fins políticos. “A Voz do Brasil” transmite o que acontece e leva ao povo brasileiro a oportunidade de se informar, mesmo aqueles que não têm televisão, que têm dificuldade de acessar as informações.

Concedo um aparte ao Senador e Líder do meu Partido, Ney Suassuna, do PMDB da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Vou conceder mais dois minutos para V. Ex^a encerrar.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Serei muito breve. Muito obrigado Senador Luiz Otávio. V. Ex^a está fazendo um trabalho precioso à frente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e faz justiça a um programa que tantas e tantas vezes já se tentou derrubar, mas que é imprescindível. Tiro pelo interior do meu Estado, a Paraíba, onde todos têm o momento sagrado de ouvir “A Voz do Brasil”. Então, ouço com muita alegria o pronunciamento de V. Ex^a, até porque sai um pouco desse clima tão acirrado que estamos vivendo, em que até mesmo quando falamos

de modo elogioso, que foi o sentido que dei ao falar do nobre Senador que há poucos minutos falou – e não vou repetir o nome senão ele pedirá novamente para falar pelo art. 14 –, mesmo assim as pessoas entendem de forma diversa e já ficam com esse ar belicoso. Creio que já está na hora de o nosso País, que tem uma índole tão boa, seguir, como disse bem V. Ex^a, os caminhos que o levarão ao futuro. Parabéns e muito obrigado.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Agradeço a participação de V. Ex^a, Senador Ney Suassuna. Insiro no meu pronunciamento a sua manifestação.

Informo ao Presidente dos trabalhos do Senado Federal, Senador Romeu Tuma, que vou apresentar um requerimento de congratulações ao programa “A Voz do Brasil”.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Não só ao nome “A Voz do Brasil”, mas a todos aqueles que fazem o seu dia-a-dia, os repórteres, os jornalistas, a equipe de campo, a equipe de trabalho, o funcionário que trabalha na limpeza e na conservação e, principalmente, todos aqueles que hoje já estão até aposentados. Pelo tempo que “A Voz do Brasil” tem, setenta anos, com certeza, já existe uma quantidade muito grande de pessoas que trabalharam e fizeram o que hoje a geração mais nova tem oportunidade de fazer pela população que mais precisa. Ela é tão bem informada como a população de Brasília. É muito comum aqui andarmos pelas ruas, andarmos de táxi e...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – (...) o motorista estar ouvindo a Rádio Senado, a Rádio Câmara. Ele é bem informado, comenta tudo, sabe até detalhes que, muitas vezes, nós ainda nem sabemos. Ainda não saiu na imprensa e já há um comentário, nas feiras por onde se anda, dos acontecimentos de Brasília. Esse privilégio somente conseguem ter pelas informações que recebem por meio de “A Voz do Brasil”.

Então, os meus cumprimentos pessoais e, com certeza, de todo o Senado Federal. Tenho até a petulância e a audácia de usar o nome do Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, que, com certeza, também fará uma manifestação de apoio aos 70 anos de “A Voz do Brasil”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem.) – Nobre Presidente, pela ordem, quero pedir que mandem consertar o microfone que usa a Liderança do PMDB e da Maioria, porque ele entrou em curto e está com defeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Ney Suassuna, depois que o Líder do PMDB autêntico usou o microfone, cortaram-no para V. Ex^a. Então, eu pediria que restituíssem a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Os Srs. Senadores Mozarildo Cavalcanti e Alvaro Dias enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Sem Apanhamento Taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as denúncias acerca da prática de biopirataria em nosso país têm sido recorrentes nos últimos anos. apesar disso, como é do conhecimento geral, grupos internacionais de biopirataria continuam agindo livremente em nosso território, onde encontram uma diversidade de recursos naturais que não tem parâmetros em qualquer lugar do planeta.

Daqui, tudo se leva, como contrabando ou sob a capa de uma questionável legalidade: madeiras as mais diversas, plantas medicinais, insetos e toda sorte de material genético cuja aplicação, futuramente, pode render milhões ou bilhões de dólares aos pesquisadores, aos grandes laboratórios estrangeiros. É, aliás, o que já vem ocorrendo, a ponto de justificar a criação da CPI da Biopirataria, no ano passado, na Câmara dos Deputados.

A mais recente denúncia que está sendo investigada pela CPI da Biopirataria foi noticiada por alguns veículos da imprensa nacional há cerca de dois meses, mas as suspeitas, efetivamente, remontam aos anos 90: trata-se da comercialização de amostras de sangue, ou mais exatamente do DNA dessas amostras, nos Estados Unidos e na Europa. Esse comércio vem sendo praticado pela empresa Coriell Cell Repositories, com sede em New Jersey, nos Estados Unidos, e que oferece amostras do DNA de nossos índios pela internet a 85 dólares cada uma.

A Coriell Cell já é velha conhecida de nossas autoridades, pois age na Amazônia e em diversos lugares de todo o mundo há muitos anos. A diretora de Desenvolvimento e Comunicações do “Instituto Coriell para Pesquisas Médicas”, Amy Leach, não vê qualquer irregularidade na comercialização do sangue do índio

brasileiro. Por e-mail, ela informou à revista CartaCapital que as amostras de sangue dos índios caritianos e suruí foram coletadas por cientistas das universidades de Yale e Stanford nos anos 80, tendo o material sido enviado ao banco de células da Coriell Cell em 1990. A empresa, que possui o maior banco de células humanas de todo o mundo, colocou as amostras de sangue e as de DNA à disposição dos interessados, respectivamente, em 1992 e em 1994.

A pesquisadora disse ainda, à revista CartaCapital, que, das 408 amostras do material de índios brasileiros, seis foram adquiridas por pesquisadores brasileiros; e que o preço cobrado pela Coriell Cell cobre apenas parcialmente os custos de manutenção desse material.

Esses fatos, Sr^{as} e Srs. Senadores, ensejam uma série de questionamentos. A Coriell Cell, a julgar pelas informações prestadas, não estaria obtendo lucro com essa atividade. De qualquer forma, a legislação brasileira proíbe o comércio de órgãos e tecidos humanos, mas é omissa no que respeita a sangue humano, secreções de animais e outras substâncias de patrimônio genético.

Outra questão tem cunho antropológico: os caritianos e suruí não receberam qualquer compensação financeira pelas amostras de sangue e nem aceitariam: para eles, o sangue humano é sagrado, não pode ser comercializado. Compreende-se, assim, o sentimento desses povos de saber que as amostras de sangue de suas tribos estão sendo comercializadas pela internet, ainda que para fins científicos. A Funai, igualmente, não permitiria esse procedimento, o que leva o indigenista Izanoel dos Santos Sodré, supervisor da instituição na Amazônia Ocidental, a suspeitar que os índios, de alguma forma, foram enganados. Resta observar que o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético também não autorizaram a coleta de sangue nas tribos dos caritianos e dos suruí.

Ainda em relação à coleta do sangue indígena, cabe questionar qual o interesse dos grandes laboratórios internacionais, dos governos e das universidades estrangeiras nesse material. A resposta, facilmente dedutível, é dada pela própria Amy Leach: ajudar a determinar as variações das seqüências de DNA humanos e sua relação com as doenças; e compreender de que forma são relacionadas todas as populações humanas. Essas respostas poderão contribuir para a melhor compreensão de moléstias que afetam milhões de pessoas em todo o planeta,

como os portadores de hipertensão, obesidade ou doenças cardíacas.

Citado na reportagem da revista CartaCapital, o geneticista brasileiro José Salzano lembra que, além desses objetivos, o DNA dos índios também poderia fornecer pistas para o desenvolvimento de medicamentos, possibilitando aos grandes laboratórios o registro de patentes. A Coriell Cell, por sua vez, afirma que os pesquisadores se comprometem a não utilizar as amostras comercialmente.

De qualquer forma, o interesse pela seqüência do DNA indígena não é mera curiosidade. Sabe-se, por exemplo, que as índias brasileiras são imunes ao câncer de mama, conforme registrou em suas páginas, recentemente, a revista Ciência Hoje. O câncer de mama é uma moléstia que mata mais de 370 mil mulheres por ano em todo o mundo, mas, por uma combinação de fatores, não atinge as índias brasileiras.

Assim, por mais que entidades estrangeiras não tenham interesse comercial no patrimônio genético brasileiro, seja ele de sangue humano ou qualquer outro, nós precisamos estar atentos e agir rapidamente. São inúmeros os exemplos de produtos típicos do Brasil patenteados no exterior graças ao contrabando de materiais, à inércia dos governantes ou à falta de uma legislação que proteja nossa biodiversidade de uma forma efetiva.

No caso em tela, das amostras de sangue indígena, há uma forte suspeita de que o material foi levado para fora do País de forma ilegal. O Itamaraty, acionado pelo procurador da República em Rondônia, informa que está estudando as medidas que poderiam ser tomadas. A Polícia Federal, com a colaboração da Interpol, vem investigando os fatos, que estão sendo apurados também no âmbito da CPI da Biopirataria. Independentemente de outras medidas que venham a ser tomadas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é essencial aperfeiçoarmos nossa legislação, tipificando como crime a comercialização do DNA de sangue humano e estabelecendo penas mais rigorosas para as práticas ilegais. A incessante defesa de nosso patrimônio genético e de nossa biodiversidade, em última análise, é a defesa dos nossos direitos, do nosso futuro e de nossa soberania.

Muito obrigado!

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NOTA TÉCNICA N.º /05/CGPNCD/DIGES/SVS/MS

Assunto: Situação da dengue no Estado de Roraima.

Considerações Gerais sobre a situação epidemiológica

Roraima:

No Estado de Roraima, no período de janeiro a maio de 2005, foram notificados até a presente data 1.690 casos de dengue. Comparando-se com o mesmo período de 2004, observa-se um aumento de 258% no número de casos, sendo importante considerar que a transmissão no ano de 2004 foi muito baixa..

Os municípios que se destacam são: Boa Vista (1.316), Pacaraima (124) e Mucajaí (114).

Até o presente momento não foram confirmados casos de Febre Hemorrágica da Dengue.

A vigilância laboratorial identificou a circulação do sorotipo 3 em 5 amostras coletadas para o isolamento viral.

Boa Vista:

Em Boa Vista, no período de janeiro até maio de 2005, até a presente data, foram notificados 1.316 casos de dengue, representando um acréscimo de 1330% de casos quando comparado com o mesmo período do ano de 2004 e uma taxa de incidência de 543,4 casos por 100.000 habitantes. Ressalto que, em 2004, a transmissão foi muito baixa.

Até o presente momento não foram confirmados casos de Febre Hemorrágica da Dengue.

O Índice de Infestação Predial médio levantado no período de março e abril de 2005 foi de 1,48%, compatível com transmissão, considerando-se tratar de **índice médio**.

Conclusões:

A situação epidemiológica no Estado de Roraima caracteriza-se por apresentar aumento na notificação de casos de dengue, circulação simultânea de dois sorotipos virais (1 e 3) com potencial para a ocorrência de formas graves e óbitos.

Em razão desta situação epidemiológica, o Ministério da Saúde providenciou assessoria técnica ao município de Boa Vista no período de 16 a 20 de maio, foi acordado a necessidade da intensificação das atividades de controle da dengue nesse município, com a realização de diversas ações na área de vigilância epidemiológica, assistência ao paciente, combate ao vetor e mobilização da comunidade.

O Ministério da Saúde vem apoiando a Secretaria de Estado da Saúde e o município de Boa Vista nas seguintes atividades:

- Assessoria técnica da Coordenação-Geral do Programa Nacional de Controle da Dengue, na área de controle de vetores e vigilância epidemiológica;
- Cessão temporária de 03 veículos acoplados com equipamento de aspersão de inseticida

- a ultra baixo volume da reserva estratégica nacional;
- Cessão em caráter permanente de 07 nebulizadores portáteis para aplicação de inseticidas a ultra baixo volume para o município de Boa Vista;
- Repasse de 800 kg de larvicida químico, 1200 litros de inseticidas para bloqueio de casos e 186 kg de larvicida biológico para o município de Boa Vista ;
- Repasse de 20.000 folderes para ações educativas e de mobilização social;
- Repasse de kits para realização de 3840 reações sorológicas.

A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde está avaliando a possibilidade de enviar para o Estado de Roraima estoque adicional de paracetamol e metaclopramida para medicação dos pacientes com dengue.

Atendendo solicitação da Secretaria de Estado da Saúde de Roraima, o Coordenador-Geral do Programa Nacional de Controle da Dengue participará de reunião no dia 01/07 para discutir outras providências necessárias, além das já adotadas. O mesmo será acompanhado de técnico especialista na organização do sistema de saúde para o atendimento de pacientes com dengue, com ênfase na forma grave da doença.

Brasília, 27 de junho de 2005.

Giovanini Evelim Coelho
Coordenador Geral da CGPNCD/DIGES/SVS/MS

Aprovo a nota técnica.

Em ____/____/____

Fabiano Geraldo Pimenta Júnior
Diretor Técnico de Gestão

De acordo.

Em ____/____/____

Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Secretário

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tema da reforma política, de forma recorrente, vem sendo citado como a última panacéia para a crise moral e ética que se abateu sobre o País.

Primeiramente, questiono se o atual Congresso Nacional, em face do clima de suspeição que paira sobre alguns dos seus integrantes, estaria em condições de promover uma profunda reforma política. Sinceramente, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, acredito que não...

No rol dos “remédios para todos os males”, prescrito para debelar as mazelas verificadas no processo das campanhas eleitorais, o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais é o “eleito”. A discussão precisa ser aprofundada e não pode ser reduzida a uma ótica maniqueísta.

Como tão bem observa o Dr. Claudio Abramo, da Transparência Brasil, “as quadrilhas que agem no Estado nascem e mantêm-se por uma combinação entre vulnerabilidades nos planos institucional e administrativo. Estas é que precisam ser atacadas”.

Concordo inteiramente com o Dr. Claudio Abramo que “é impossível combater a corrupção com um tiro só, ainda mais com um tiro mal direcionado e que, neste momento, tem como alvo as dificuldades conjunturais de um determinado partido”.

Nesse contexto, Sr. Presidente, gostaria de solicitar a transcrição da íntegra do artigo do Dr. Claudio Weber Abramo, intitulado “Estratégia Oportunista”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição do dia 23-7-2005.

Já o jornal britânico **Financial Times** disse ontem, em editorial, que o governo Lula “*está uma bagunça*” e que o presidente da República precisa “*reconhecer a extensão da crise e assumir alguma responsabilidade por ter permitido que ela ocorresse*”.

O governo está sitiado. O presidente prefere adotar uma retórica populista e um figurino talhado por um vizinho, no mínimo polêmico.

Como atestam os analistas, a estratégia traçada pelo governo e pelo Partido dos Trabalhadores de buscar apoio nos movimentos populares e em sindicatos está assustando o mercado.

Os analistas financeiros já vêem “contaminação política” e alertam que a crise política pode desencadear um problema de grandes proporções.

O economista Paulo Leme, do **Goldman Sachs**, afirma que cresceu entre os investidores estrangeiros o receio de risco político.

Um dado relevante foi a decisão da **Merrill Lynch** e do **Goldman Sachs** de recomendar a redução do número de papéis brasileiros em carteira. Um gestor de um grande fundo de mercados emergentes alertou que os investidores estrangeiros acordaram para a crise política no Brasil.

Gostaria de destacar, Senhor Presidente, que a edição de hoje do jornal britânico **Financial Times** diz que os investidores estão ficando cada vez mais nervosos com a crise brasileira.

Em termos pragmáticos, o presidente da República pode contribuir para aclarar o cenário sombrio que

a crise moral e ética produziu. A postura do presidente Lula vem sendo deletéria à economia do País, favorecendo um ambiente de alta especulação.

A Fundação Getúlio Vargas calcula que, se a corrupção fosse reduzida em 10% no Brasil, o Produto Interno Bruto (PIB) aumentaria em R\$ 50 bilhões ao longo dos próximos dez anos. A crueldade desse cálculo nos remete a tudo aquilo que foi desviado e poderia ter sido oferecido à população, em termos de serviços e equipamentos sociais.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Transparência

RECORRER A TRANSPARÊNCIA INSTITUCIONAL

Estratégia oportunista

Claudio Weber Abramo

Folha de S. Paulo, 23/7/2005

A noção de que o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais acabaria com o Caixa Dois baseia-se numa ficção ilógica e, neste momento, tem servido para sustentar a estratégia de limpar a barra de culpados por administrar esquemas de corrupção. O oportunismo da estratégia destrói a possibilidade de esse tema tão importante ser discutido com a isenção que seria necessária.

O modelo de financiamento em vigor no Brasil sobrefavorece o poder econômico, distanciando o acesso das camadas populares à representação eleitoral. O modelo reforça e operacionaliza a disparidade de renda verificada no país, a segunda pior do mundo. Uma forma de minorar as diferenças de acesso à representação política é a introdução do financiamento público de campanhas eleitorais de modo a estimular a contribuição individual de pequena monta, fortalecendo a participação partidária de cidadãos. A Transparência Brasil é a favor disso. Coisa diferente, e não recomendável, é proibir o financiamento privado.

A operação abafa que se testemunha no âmbito do escândalo Correios/Mensalão baseia-se na alegação de que os dinheiros que circulam entre bancos, estatais, intermediários venais e partidos políticos teriam como finalidade financiar o Caixa Dois partidário. Afirma-se que isso se faz no Brasil sistematicamente. Até aí é plausível, embora a tentativa de justificar delitos argumentando-se que outros também o cometem seja absurda.

A desculpa torna-se implausível quando se faz a pergunta natural - de onde vem o dinheiro do Caixa Dois? Como nem bancos nem agências de publicidade são instituições de benemerência, e como dinheiro não nasce em árvore, de algum lugar precisa sair. Conforme o bordão, a conta seria paga por empresas que não desejam aparecer como doadoras, ou seja, empresas que agiriam como entidades beneficentes.

Ocorre que empresas privadas não são isso. Se uma empresa não doa abertamente recursos para um partido, mas prefere

fazê-lo por debaixo do pano, isso não se explica por anseios **de discrição** quanto a fervores ideológicos, mas por uma entre **duas hipóteses possíveis**. Em período pré-eleitoral, trata-se de investimento com expectativa de retorno material futuro, na forma de vantagens de diferentes tipos, todas elas fraudulentas. Em período pós-eleitoral, trata-se do pagamento da propina devida pela materialização daquelas vantagens.

A presente operação abafa pretende “lustrar” a montagem de mecanismos estruturados de corrupção com o verniz da justificativa eleitoral, tornando-os assim menos questionáveis. Um alvo importante dessa tática é chamar a atenção para delitos de natureza eleitoral (omissão de captação de recursos), cujas penas são só políticas, e desviar o olhar dos delitos criminais que originam os recursos.

Trata-se de estratégia idêntica àquela que, com considerável antecedência, o deputado Roberto Jefferson adotou ao fazer as declarações que desencadearam a crise: o que fiz teve fim político, e nada fiz de diferente do que todo mundo faz. O remédio de Jefferson é eliminar a obrigatoriedade de declaração de financiamentos, ou seja, transformar todo o Caixa Um em Caixa Dois.

Já o remédio promovido pelos defensores do financiamento público exclusivo é proibir o Caixa Um. Um dos mistérios que acompanham essa proposta é sua popularidade face à agressão que comete à lógica elementar. Permanece inexplicado por que o Caixa Dois deixaria de ser recolhido, de modo que, no frigir dos ovos, a solução resulta idêntica à de Roberto Jefferson.

Não se compreende por que nem como o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais eliminaria a motivação de agentes públicos entrarem em conluio com empresas contra o pagamento de propinas. Caixas Dois são montados com dinheiro proveniente de corrupção. São subornos oriundos de contratos superfaturados conseguidos pelo direcionamento de licitações públicas, da leniência na fiscalização de contratos, do perdão ou redução de dívidas e multas previdenciárias e tributárias, da promulgação de regulações que beneficiam inteiros setores econômicos, de achaques para a concessão de licenças, da omissão cúmplice de agências reguladoras e de uma multidão de outros mecanismos fraudulentos. Não há possibilidade de Caixa Dois ser lustroso e de toda forma o modelo de financiamento eleitoral nada tem a ver com isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão, lembrando que a sessão de amanhã será realizada às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Está encerrada a sessão.

(Suspende-se a sessão às 17 horas e 1 minuto.)

(OS Nº 14852/05)

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

BAHIA		PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Antonio Leite	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	ALAGOAS	
PFL	Roseana Sarney	P - SOL	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
GOIÁS		P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		BLOCO - PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim	TOCANTINS	
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		BLOCO - PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
BLOCO - PPS	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
PARAÍBA		BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes	RONDÔNIA	
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata	RORAIMA	
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ		PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da luz

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares (Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira (Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 04.05.2005

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	-----------------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 04.05.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 96 PÁGINAS